



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação Coordenadoria Regional de
Ensino de Samambaia
Escola Classe 501 de Samambaia - DF

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**TRABALHO COLETIVO POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE
QUALIDADE E COM EQUIDADE!**

ESCOLA CLASSE 501: LUGAR DE GENTE FELIZ!



SUMÁRIO

1. Identificação.....	05
2. Apresentação.....	05
3. Histórico da Unidade Escolar	07
4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar	23
5. Função Social da Escola	23
6. Missão da Unidade Escolar.....	24
7. Princípios da Orientadores da Prática Educativa.....	25
8. Metas da Unidade Escolar	38
9. Objetivos.....	39
Objetivo Geral.....	39
Objetivo Específico.....	39
10. Fundamentos Teóricos-metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa	41
11. Organização Curricular da Unidade Escolar.....	46
12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	54
Organização dos Tempos e Espaços	54
Relação Escola Cominudade	55
Relação Teória e Prática	56
Metodologia de Ensino	56
Organização da Escolaridade: ciclos, séries ou semestres ofertados.....	57
13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Deenvolvidos na Unidade Escolar.....	58
14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar	61
15. Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com as outras instituições	65
16. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar.....	65
Avaliação para as aprendizagens	65
Avaliação em larga escala.....	67

Avaliação institucional	69
Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens.....	70
Conselho Escolar.....	70
17. Papéis e Atuação.....	72
Orientação Educacional (OE).....	75
Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEEA).....	76
Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE)	76
Profissionais de apoio escolar.....	77
Monitores	77
Educador Social Voluntário	77
Biblioteca Escolar	78
Conselho Escolar.....	79
Profissionais Reapdaptados.....	80
Coordenação Pedagógica	81
Papel, atuação e desenvolvimento do Coordenador Pedagógico	81
Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	86
18. Estratégias Específicas	86
Redução do abandono, evação e reprovação	86
Recomposição das aprendizagens	86
Desenvolvimento da Cultura da Paz	87
Qualificação da transição escolar.....	88
19. Processo de Implementação do PPP.....	88
Gestão Pedagógica	88
Gestão de Resultados Educacionais	89
Gestão Participativa.....	89
Gestão de Pessoas	90
Gestão Financeira	90
Gestão Administrativa.....	91

20. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP	92
21. Referências	94

1 . IDENTIFICAÇÃO

Regional: Coordenação Regional de Ensino de Samambaia - DF

Instituição de Ensino: Escola Classe 501 de Samambaia – DF

Endereço: QR 501 Conjunto 03 Lote 01 Samambaia Sul – DF

CEP: 72311-203

CNPJ: 01.925.962/0001-14

INEP: 53009223

E-mail: ec501.samambaia@edu.se.df.gov.br

Canal no YouTube: EC 501 SAMAMBAIA

<https://www.youtube.com/channel/UCIXPiF42ASxPQ-lsqVjXaZw>

Telefones: 61- 3318-2486

Google Maps: <https://goo.gl/maps/syDC32khzSzbKqJU9>

2. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe 501 de Samambaia - DF tem como um de seus princípios o processo educativo dinâmico e contínuo, valorizando cada sujeito social em sua singularidade, trabalhando com as diferenças e garantindo a todos o direito de acesso, permanência, equidade, desenvolvimento e aprendizagem no ambiente escolar.

A concepção deste Projeto Político-Pedagógico se fundamenta pela intenção de estabelecer rotinas administrativas, financeiras e pedagógicas para esta instituição, pautada na coletividade e na Gestão Democrática, para o fortalecimento e organização da Supervisão e Coordenação Pedagógicas.

Entendemos que, assim, ramificamos a função social da escola e as garantias dos direitos de aprendizagem dos estudantes por uma educação de qualidade social e um ambiente agradável de trabalho colaborativo. Com este intuito,

constituímos uma Comissão Organizadora com o objetivo de garantir fidelidade das informações, concepções e intencionalidade dos demais membros da Escola Classe 501 de Samambaia - DF.

Esta Comissão composta pela Equipe Gestora, Supervisão Pedagógica, Equipes de Coordenação e Apoio, além de apresentarem seus Planos de Ação, incumbiram-se de racionalizar as apresentações do grupo e apresentar metodologias de discussão. Essa formação facilitou o planejamento coletivo e o direcionamento das ações, criando, assim, a certeza da democracia dos posicionamentos.

Destarte, a construção da Proposta Pedagógica é respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, nos seguintes artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de:

I - Elaborar e executar sua Proposta Pedagógica [...].
VII - Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos Estudantes, bem como sobre a execução de sua Proposta Pedagógica.

A Lei delega aos docentes a responsabilidade pela sua elaboração no art.13 ao incumbí-los de:

I – Participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino [...].
II – Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios, conforme o artigo 14:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 expõe no Capítulo III sobre a autonomia da Escola Pública.

Seção I – Da Autonomia Pedagógica:

Art. 4º - Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.

A proposta inicial, pré-estabelecida no ano de 2006, e constantemente revisada desde então, visa ampliação e ressignificação permanente do Projeto Político-Pedagógico na perspectiva de que os sujeitos, construtores do trabalho da Escola Classe 501 de Samambaia – DF, se assumam como protagonistas, sujeitos históricos, partícipes da construção de uma escola verdadeiramente democrática e de qualidade.

Analisando ainda esta reformulação e aprimoramento, percebemos o caráter científico que existe nas formulações de questões que impulsionam o fazer pedagógico da Instituição Educacional Pública. Buscamos na ciência, a construção social dos fundamentos teóricos que orientam nossas práxis educativas e que se definem por critérios internos e externos que conferem à ciência educativa a sua cientificidade.

Permanecendo nessa linha de reformulação e aprimoramento das informações apresentadas, os instrumentos indicaram os caminhos a serem trilhados na (re) elaboração do Projeto Político-Pedagógico, desde 2007, e damos conta da complexidade que é a tarefa de educar em um contexto social, multirreferencial e dinâmico, sem perder de vista os objetivos educativos e os sociais.

3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

O resgate da história das organizações é fundamental para a reconstituição das trajetórias dos sujeitos históricos e construtores, neste caso, professores, estudantes, agentes de educação e comunidade escolar.

Este representa a possibilidade de constituição da cultura e da identidade da escola como elementos que diferenciam uma instituição da outra, sem a pretensão de trabalhar na perspectiva pura e simples de demarcar a diferença, mas de considerar a diversidade em suas dimensões: culturais, sociais, ideológicas, etc.

Reconstituir a história de uma Instituição de Ensino é oferecer a oportunidade para a reflexão crítica do caminho percorrido, oportunizando o ato de avaliar de modo contínuo e formativo. Na avaliação coerente, faz-se necessário o repensar. Neste momento, buscamos nossas histórias, refletindo sobre como conseguimos avançar, quais as dificuldades e desafios.

Temos que considerar a realidade do ensino remoto vivenciada de 2020 a julho de 2021. O processo de educação precisou se reinventar para conseguir oportunizar aos estudantes, na realidade remota, ensino de qualidade. Essa reinvenção também foi necessária no aspecto profissional, pois este também passou por adaptações.

Com a implementação do teletrabalho, novas práticas foram inseridas na realidade da escola, como por exemplo a realização de coletiva via webconferências, participação em muitas formações online, escrita de relatório de teletrabalho para respaldo e validação das atividades realizadas; busca ativa direcionada a estudantes sem contato com a escola ou com pouca participação nas aulas; realização de aulas através de diferentes recursos tecnológicos. Enfim, diversos desafios que emergiram na realidade remota e que exigiu de todos os envolvidos flexibilidade, disposição e criatividade para lidar com o novo.

Em 2022 retomamos o ensino presencial. Com o retorno dos estudantes às escolas, percebemos os grandes desafios que vieram fazer parte da rotina pedagógica das unidades escolares. E é na perspectiva de enfrentamento das dificuldades e na certeza da construção de uma educação protagonista e acolhedora que retomamos a função da escola pública atuante e de qualidade.

Constituição Histórica

A Escola Classe 501 de Samambaia - DF é vinculada a Coordenação Regional de Ensino de Samambaia, integrante da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal, localizada na QN 501 Conjunto 03 Lote 01 Samambaia Sul - DF.

Foi criada e inaugurada em 10 de abril de 1990 pelo Governador Vanderlei Vallim e pela Secretária de Estado de Educação, Malva de Queiroz, para atender aos moradores das quadras: 501, 503, 507, 509, 511, 505, 502, 504, 506, 508 e 510. Sendo a primeira diretora a Professora Maria da Conceição Catúlio, com a gestão de 1990 a 1992.



Escola Classe 501 de Samambaia - DF – 1990

A Escola nessa época foi entregue à comunidade construída com troncos de árvores, estrutura que não propiciava um ambiente funcional, atrativo e acolhedor. A acústica em sala de aula era prejudicada, interferindo no rendimento dos professores e estudantes. Possuía 15 salas de aula, 1 sala de professores, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 secretaria, 1 sala de direção, 1 biblioteca, 1 cantina e 4 banheiros. Inicialmente atendia ao Ciclo Básico de Alfabetização – CBA; 3ª, 4ª, 5ª e 6ª séries distribuídas em quatro turnos de duas horas e meia de aula.

Em 1992 passou a funcionar com cinco turnos de duas horas em decorrência da inexistência de salas de aula para atendimento à comunidade que era assentada na cidade. Tendo como diretoras neste período as Professoras: Erlândia Cruz Gebrim (1992-1994) e Vanusa Dias Martins Silva (1994-1995), respectivamente.

No período de 1995 a 1998, sob a direção do Professor Hélio Ribeiro de Brito, houve uma intensa mobilização desse gestor e comunidade escolar no sentido de aprovar, a partir do Orçamento Participativo, a reconstrução da escola, sem obter êxito.

Em seguida, sob as direções dos Professores: Adriana Pinto Martins (1998-2001), Marcos José Cardoso Farias (2001-2003) e Cristiano Sena Santos (2003-2005) foi dada continuidade à discussão para a construção definitiva da escola.



Vista do CRA - Escola Classe 501 de Samambaia - DF, em construção, 2005

A nova estrutura sob a direção da Professora Walnyze da Costa Dias (janeiro 2006 - junho 2006), gerou expectativas positivas em relação à nova realidade que se apresentava, de construção de uma escola pública que atendesse aos anseios da comunidade, com uma estrutura mais adequada e confortável, com ambientes planejados para o trabalho pedagógico.

A finalização da construção da Escola Classe 501 de Samambaia DF, em 21 de março de 2006, trouxe esperança e grandes expectativas à comunidade, impulsionou debates, conversas sistemáticas, palestras, seminários, fóruns, com a comunidade escolar, em especial, com as famílias dos estudantes, efetivando o Conselho Escolar participativo e colaborativo.

Em 11 de julho de 2006 houve mudança na gestão da instituição, assumindo o Professor Alessandro Araújo Bezerra permanecendo até 2019.

Esta Instituição foi indicada pela Diretoria Regional de Ensino para ser o CRA - Centro de Referência em Alfabetização na implementação das ações do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA, Proposta Pedagógica adotada pela SEEDF na implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, com o objetivo de fomentar ações de formação continuada aos professores alfabetizadores e subsidiar treze Instituições que também implantassem a proposta, sob a articulação da Professora Edileuza Fernandes da Silva e outros que a sucederam. A EC 501 foi pólo do CRA por período considerável.

No ano de 2019 aconteceu um novo processo de Gestão Democrática, havendo a inscrição de uma única chapa formada pelas professoras Ruth Reges da Cunha Tomáz (Diretora) e Tatiane Sampaio Guimarães (Vice-Diretora). A chapa foi eleita e as profissionais têm realizado um trabalho com o intuito de contribuir ainda mais com a educação de qualidade da EC 501.

Tal gestão foi marcada pela suspensão das aulas, teletrabalho, atividades não-presenciais, suspensão de projetos, replanejamento curricular, em 2020.

No Entanto no ano 2021 o DECRETO nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da pandemia da COVID-19 e dá outras providências nas redes de ensino pública e privada;

O Art. 2º trouxe ainda:

Ficam suspensos até o dia 15 de março de 2021, no âmbito do Distrito Federal, todas as atividades e estabelecimentos comerciais, inclusive:

... III – atividades educacionais presenciais em todas as creches, escolas, universidades e faculdades...

Até que a Circular 04/2021 de 31 de julho de 2021 recomenda a retomada das aulas presenciais, porém, ainda no modelo híbrido. Seguindo em outubro da PORTARIA CONJUNTA Nº 12, de 29 de outubro de 2021, publicada no DODF 204 determina o retorno das aulas 100% presencial no Distrito Federal, em 03 de novembro de 2021.

Seguindo no ano letivo de 2022 já regulamentado com as aulas totalmente presencial, com a gestão eleita em 2019. Neste mesmo ano foi inserida na Escola as atividades no segmento da Educação Infantil, sendo incluída duas turmas: 2º Período no turno matutino e 1º Período no turno vespertino.

No ano de 2023 continuamos com as atividades presenciais, mesmo com alguns casos de COVID – 19 em nossa comunidade escolar, e a permanência das turmas de Educação Infantil, apenas com a inversão de turnos para os períodos. Havendo eleição para Equipe Gestora, em novembro, sendo reeleitas para os cargos Ruth Reges da Cunha Tomáz (Diretora) e Tatiane Sampaio Guimarães (Vice-Diretora).

Neste ano de 2024 a unidade escolar contou-se com uma diretora, uma vice-diretora, um supervisor administrativo, uma supervisora administrativa, uma supervisora pedagógica e um secretário, todos vindo a compor a equipe contribuindo com brilhantismo suas funções e na colaboração do trabalho pedagógico.

Um dos principais objetivos dessa equipe é representar a comunidade escolar e todos os envolvidos que atualmente colaboram com a gestão democrática dessa Escola:

- Corpo docente é formado por 36 professores regentes, 4 coordenadoras, 3 professoras de 20hs, atendendo redução de carga, 01 professora readaptada.
- 01 psicopedagoga - EEAA
- 01 orientadora – SOE
- 01 professor na sala de recursos
- 01 professor na sala de informática
- 01 auxiliar de secretaria
- 02 monitores
- 07 Educadores sociais voluntários

- 04 Professoras de 20h, na monitoria da Educação Integral em tempo integral.

Auxiliares de educação terceirizados dispostos:

- Empresa REAL (Conservação e Limpeza): 07
- Empresa G&E (Copa e Cozinha): 06
- Empresa de serviços vigilância Confederal: 04 com revezamento dia e noite.

- Estudantes matriculados no turno matutino: 326
- Estudantes matriculados no turno vespertino: 371
- Total de Estudantes Matriculados: 697, inseridos nos anos:
- 1º Período – 4 turmas / 2 matutino e 2 vespertino
- 2º Período – 4 turmas / 2 matutino e 2 vespertino
- 1º anos – 6 turmas / 2 matutino e 4 vespertino
- 2º anos – 4 turmas / 2 matutino e 2 vespertino
- 3º anos – 6 turmas / 3 matutino e 3 vespertino
- 4º anos – 5 turmas / 3 matutino e 2 vespertino
- 5º anos – 5 turmas / 3 matutino e 2 vespertino
- 02 classes TEA - 1 matutino e 1 vespertino

Ainda são atendidos 105 (cento e cinco) estudantes na Educação Integral em Tempo Integral, distribuídos nos períodos matutino e vespertino, vagas ofertadas aos 3º, 4º e 5º anos oferecendo almoço, 2 lanches matutino e vespertino e projetos abaixo citados:

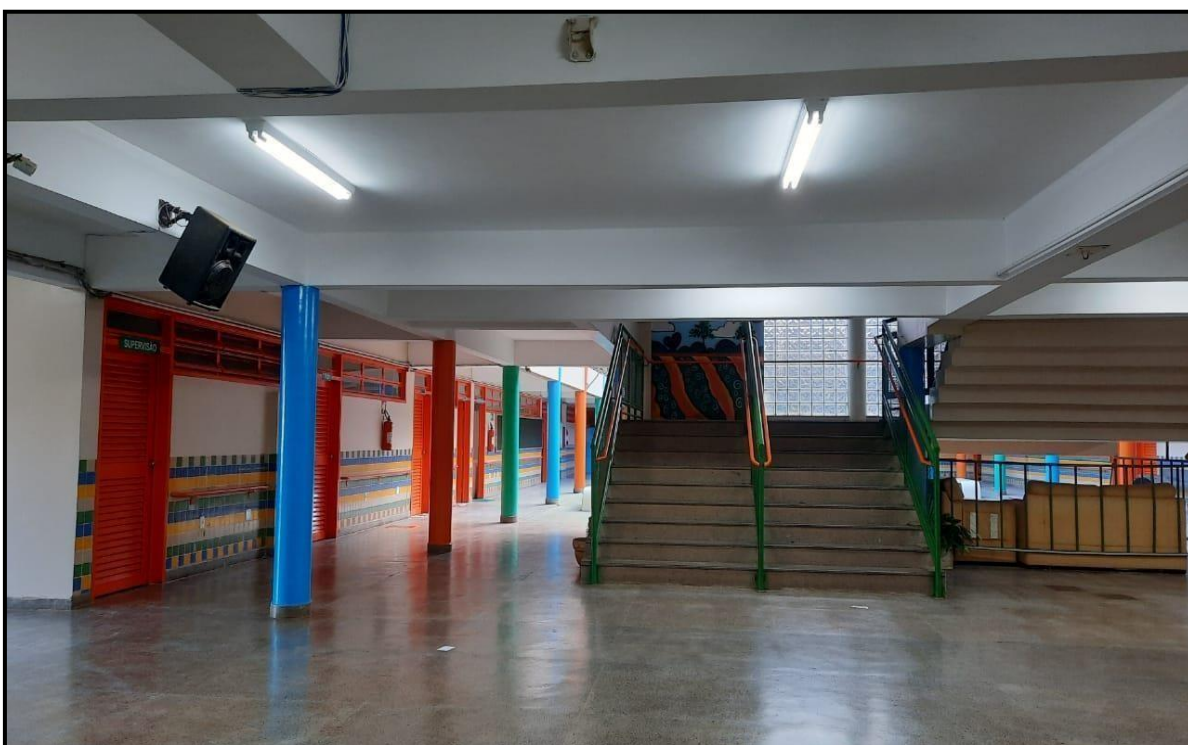
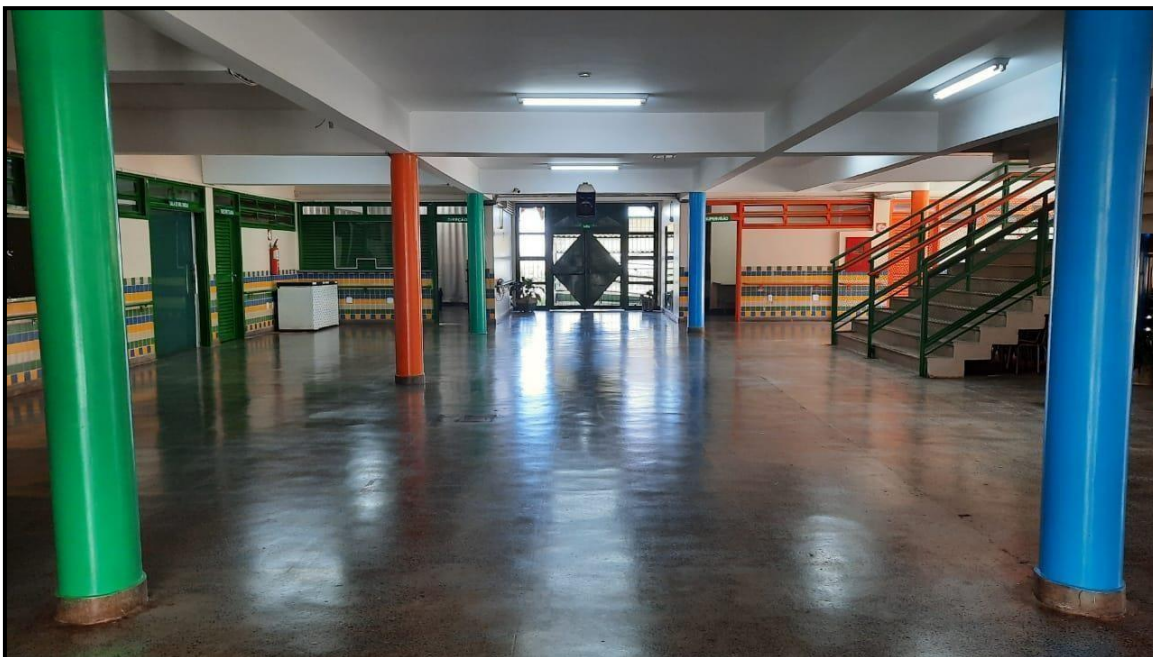
- Informática Educativa;
- Coleção de Emoções;
- PIX – Projetar Investir e eXecutar a matemática;
- Educação Financeira
- Ctrl + Kids, iniciação a robótica;
- Encantos na Alfabetização
- Arte por toda parte
- Parque Educador
- Horta: Plantar para colher.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O espaço físico da Escola Classe 501 de Samambaia DF é bem organizado a partir da lógica das aprendizagens dos estudantes e na acomodação dos profissionais da educação, sendo hoje dividido em:

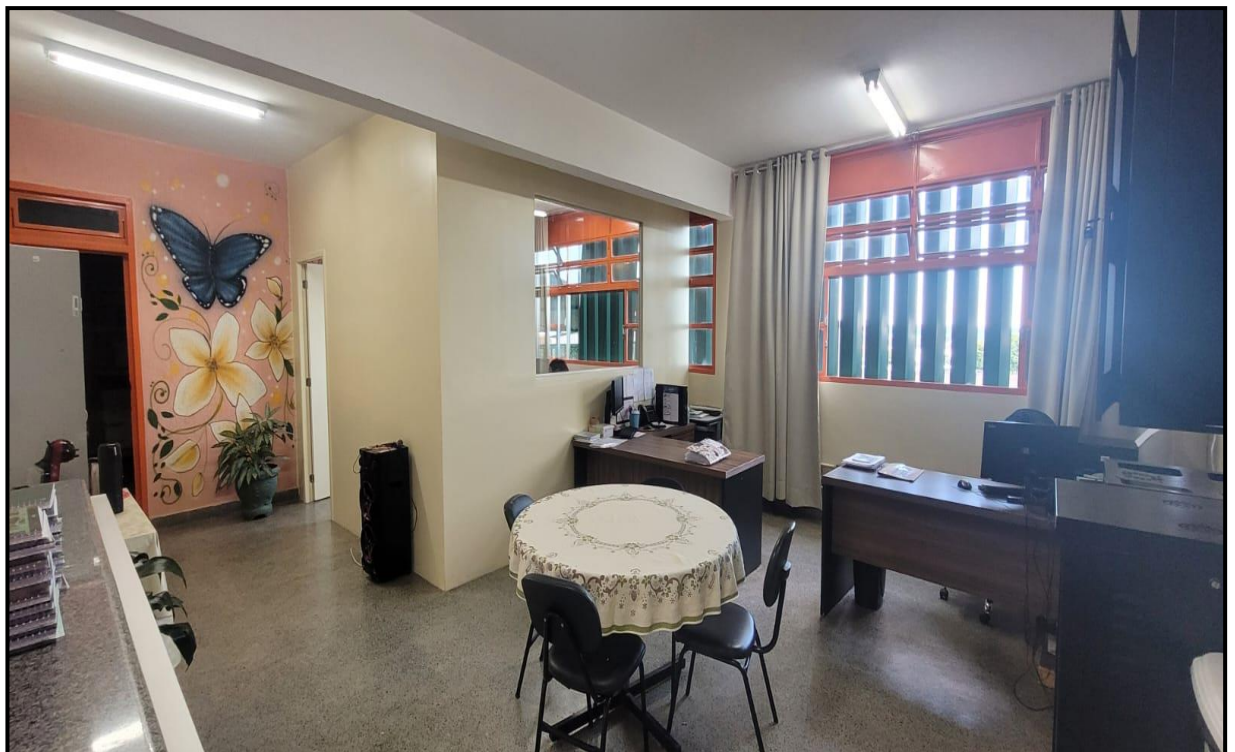
- uma sala de direção e supervisão pedagógica com monitoramento de 16 (dezesseis) câmeras;
- uma sala de supervisão administrativa;
- uma sala de secretaria;
- uma sala de multimídia (música, teatro, atividades diversas);;
- uma cozinha;
- uma sala para os auxiliares de educação;
- uma sala de professores;
- uma sala de coordenação;
- uma sala de leitura;
- uma sala de Recursos – Atendimento Educacional Especializado;
- uma sala de Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem;
- uma sala de Orientação Educacional;
- uma sala de informática;
- dezoito salas de aula;
- quatro banheiros para os estudantes, dois adaptados para a educação infantil.
- dois banheiros para pessoas com deficiência;
- dois banheiros destinados aos profissionais da educação;
- uma guarita;
- estacionamento;
- Brinquedoteca;
- um refeitório;
- duas salas de aula para educação integral em tempo integral;
- Área externa de espaço recreativo: mesas para jogos, quadrapoliesportiva e parquinho.

Pátios Internos





Sala da direção



Sala de aula da informática educativa



Rampa de acessibilidade



A escola tem boa estrutura física e reformas foram realizadas para a melhorar ainda mais: a cobertura da quadra de esportes e acesso de entrada para pedestres, reforma em toda a parte elétrica, pintura interna abrangendo todas as salas, reforma do espaço interno da sala de leitura, na cozinha onde são confeccionados os alimentos dos estudantes trazendo mais segurança a esse local, foram instalados lavatórios na entrada da escola, assim como comprado bebedouro de pedal O que vem proporcionando um ambiente ainda mais favorável à acomodação dos estudantes e profissionais da educação.

A Escola encontra-se da seguinte forma:

Brinquedoteca



Entrada coberta para pedestres



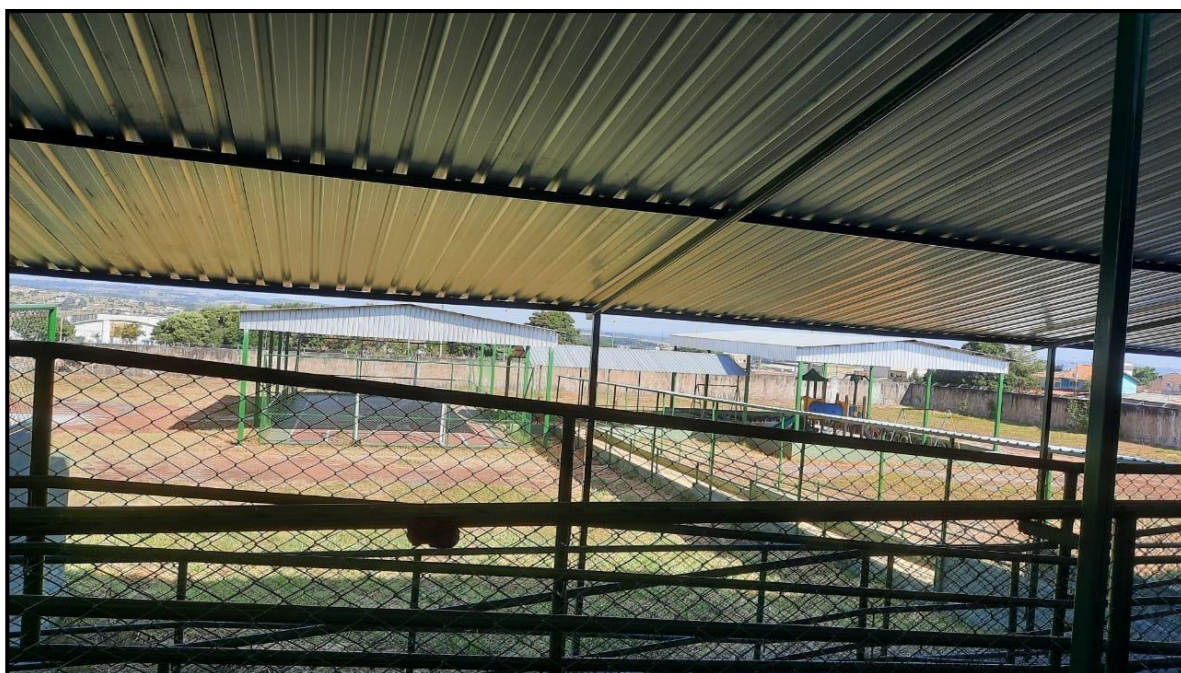
Lavatórios na entrada



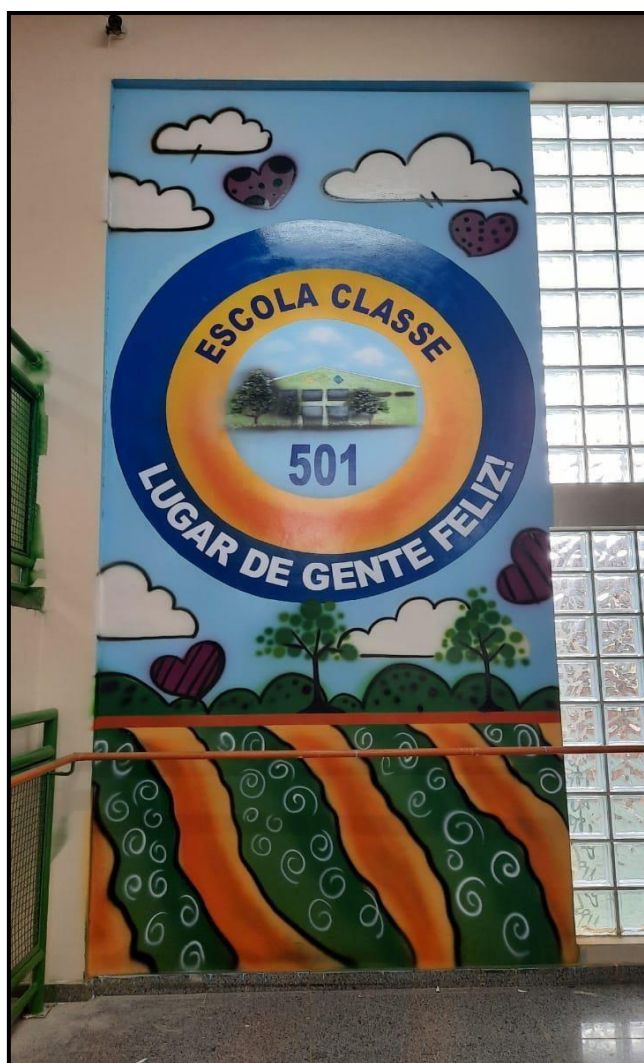
Espaço recreativo com quadra de esportes e parquinho cobertos



Rampa de acesso coberta até o espaço recreativo



Pinturas coloridas na área interna



Sala dos professores



ATOS DE REGULAMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 3º da Lei nº. 2.299, de 21 de janeiro de 1999, e o disposto no Decreto nº. 27.591, de 1º de janeiro de 2007, e considerando a determinação de redução das estruturas dos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, para a execução de suas atividades, nos termos do inciso XI do artigo 11 do Decreto 27.591, de 1º de janeiro de 2007, terá a

seguinte estrutura administrativa: 10.22 Escola Classe 501 de Samambaia. (DF, 2007).

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Características Sociais, Econômicas e Culturais da Comunidade

As características sociais, econômicas e culturais da comunidade são importantes e necessárias para que a escola organize, avalie e reorganize suas ações. Tem-se observado uma melhoria no padrão sócio-econômico das famílias atendidas nesta unidade, embora ainda existam algumas em estado de vulnerabilidade social. Será realizado no segundo semestre do decorrer desse ano um levantamento por meio de questionário socioeconômico para reorganização de ações e projetos.

5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A Escola Classe 501 de Samambaia do Distrito Federal tem sua função social voltada ao desenvolvimento pleno do ser humano em uma perspectiva crítica e emancipatória, pois a Secretaria de Educação propõe que: “educação é construção coletiva, portanto, direito inalienável de todos e que cada geração impulsiona suas mudanças, seus novos movimentos” (Distrito Federal, 2013, p. 79).

Para isso a intenção de todo trabalho realizado pelos atores escolares é a busca incessante, a fim de que todos os estudantes, inclusive os com deficiência, tenham seu direito à aprendizagem respeitado e consolidado. Visto que estar na escola não garante aprendizagem, é necessário que o discente adquira os conhecimentos socialmente produzidos de modo organizado e sistematizado em uma perspectiva emancipatória. Só assim será possível atingir a efetivação da função social da escola.

Sobre esse fator Saviani (2013, p. 14) assevera que “a função social da escola é a de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. As atividades da escola organizam-se a partir dessa questão.

Consentaneamente, também é função oportunizar aos estudantes a construção de conhecimentos, atitudes e valores que os auxiliem a se tornarem cidadãos solidários, críticos, éticos e participativos na sociedade de modo a transformá-la. Sempre levando em consideração a visão dos direitos humanos, tendo o entendimento de que:

“A escola não é somente um espaço de afirmação dos direitos humanos, mas também de enfrentamento às violações de direitos que acarretam violências físicas e simbólicas contra crianças, adolescentes e grupos historicamente discriminados pela maioria da sociedade. ” (Distrito Federal, 2013, p.58).

O que defendemos é a busca de respeito aos direitos humanos, garantia de desenvolvimento e aprendizagem, bem como harmonia e garantia da polifonia, no sentido de considerar as diferentes vozes, olhares, percepções entre os valores que definimos como norteadores de nossa prática escolar. O ato de ensinar encontra-se diretamente ligado à capacidade de buscar uma proximidade entre as diferenças.

Os valores presentes na Escola contribuem para o aprimoramento das capacidades de ensinar e de aprender e norteiam a prática pedagógica dos profissionais que nela atuam.

6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Temos como missão a busca da concepção da Gestão Democrática por meio de processos de participação; implicando em tomada de decisões através de mecanismos tais como: a consolidação de órgãos colegiados - Conselho Escolar e Conselho de Classe; a conquista da autonomia pedagógica, administrativa e financeira e a discussão e implementação de formas de organização do trabalho pedagógico da escola como um todo e da sala de aula com vista a aprendizagem dos estudantes.

7. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

Princípios da Educação Integral

Ao nortearmos os nossos princípios, abrimos nossa “primeira porta” para a construção do diagnóstico da instituição, uma vez que pretendemos fazer com todos nossos estudantes “passem pela porta da aprendizagem” e permitam que ela fique aberta a novos conceitos. Assim, percebemos que a “porta” a ser abertaseria a do entusiasmo. A pessoa entusiasmada é aquela que acredita na sua capacidade de transformar o ambiente, de fazer dar certo. Por isso, devemos agir entusiasticamente, sem esperar ter as condições ideais primeiro, para depois nos entusiasmarmos. Não é o sucesso que traz o entusiasmo, é o entusiasmo que levaao sucesso.

Ao posicionar o estudante e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, reconhecendo-o como **sujeito social, histórico, competente e multidimensional**, a Educação Integral contribui para reconectar a escola e a educação à vida dos estudantes. Quatro princípios norteiam essa concepção que busca constituir políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias a serem observados pelas escolas no planejamento, na organização e na execução das ações de Educação Integral que são:

Integralidade: a Educação Integral é um espaço privilegiado para se repensar o papel da educação no contexto contemporâneo, pois envolve o grande desafio de discutir o conceito de integralidade. É importante dizer que não se deve reduzir a Educação Integral a um simples aumento da carga horária do aluno na escola. Integralidade deve ser entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Esse processo formativo deve considerar que a aprendizagem se dá ao longo da vida (crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendem o tempo todo), por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, robótica, entre outras, visando ao

pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. A Base Nacional comum curricular infere que: “[...]”

... independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir” (2017, p.14).

A Escola Classe 501 de Samambaia utiliza-se de jogos para articular aprendizagens as atividades rotineiras desenvolvidas em sala de aula, bem como atividades com funções artísticas, como música, o teatro com apresentações durante os momentos cívicos em outros diversos momentos; o artesanato beneficiando no desenvolvimento da criatividade, concentração e disciplina; a robótica estimulando o raciocínio lógico e capacidade de organização; as práticas esportivas que favorecem a socialização, o trabalho em equipe, a autoestima e o desenvolvimento motor para avançar rumo aos conhecimentos científicos via formação de conceitos.

Para isso, conta com o apoio da Equipe de Coordenação/Supervisão, demais equipes e professores(as). A Coordenação da Educação Integral, no ensino presencial, atua sensibilizando e chamando todos à participação, de forma direta e indireta, pensando na formação de seus alunos de forma plena, crítica e cidadã.

Intersetorialização: a Educação Integral deverá ter assegurada a Intersetorialização no âmbito do Governo entre as políticas públicas de diferentes campos, em que os projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos sejam articulados, buscando potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação. Em anos anteriores, participação em eventos, concursos, feiras e congressos, como por exemplo a parceria com o ITAÚ-UNICEF – Projeto Rugby, que premia as instituições públicas

que desenvolvem projetos que envolvam a aprendizagem e o esporte, favoreceu esta intersectorização da escola, uma vez que proporcionou aos estudantes e a comunidade em geral formas alternativas de se tornarem “visíveis” a sociedade, inclusive via redes sociais; a participação da escola nos projetos e programas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, como Reagrupamento, Interventivo, Controladoria na Escola. FESTIC – Festival de Tecnologia e Inovação Científica são outras ações que facilitaram este processo.

Transversalidade: a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola deverá garantir uma Educação Integral que pressupõe a aceitação de muitas formas de ensinar, considerando os diversos conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola. A transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade.

Diálogo instituição escolar e comunidade: as escolas que avançaram na qualidade da educação pública foram as que avançaram no diálogo com a comunidade (BRASIL, 2008). Na Educação Integral é necessária a transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes como sendo do mundo e da vida. Assim, o projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares. Procuramos intensificar a comunicação e participação das famílias, por bilhetes informativos, convites para assistirem apresentações de estudantes e para conhecerem as rotinas da instituição.

Territorialidade: significa romper com os muros escolares, entendendo a cidade como um rico laboratório de aprendizagem. Afinal, a educação não se restringe ao ambiente escolar e pode ser realizada em espaços da comunidade como igrejas, salões de festa, centros e quadras comunitárias, estabelecimentos comerciais, associações, posto de saúde, clubes, entre outros, envolvendo múltiplos

lugares e atores. A educação se estrutura no trabalho em rede, na gestão participativa e na corresponsabilização pelo processo educativo.

Torna-se necessário enfrentar o desafio primordial de mapear os potenciais educativos do território em que a escola se encontra, planejando trilhas de aprendizagem e buscando uma estreita parceria local com a comunidade, sociedade civil organizada e poder local, com vistas à criação de projetos socioculturais significativos e ao melhor aproveitamento das possibilidades educativas.

Trabalho em rede: todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino.

Pensar e desenvolver um projeto de Educação Integral para o Distrito Federal pressupõe reconhecer as fragilidades de um modelo de educação, propondo estratégias de acesso ao conhecimento em todas suas formas de manifestação e contribuindo para aprofundar o fosso social entre os estudantes da escola pública.

O projeto de Educação Integral orienta-se pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural; facilitando assim que busquemos parcerias que proporcionem nosso resgate histórico e a continuidade de nossa identidade para que não nos percamos durante nosso percurso de aprendizagem para todos e com responsabilidade social. Estas ações contribuem com o Projeto Construindo por Mundo Melhor, onde os estudantes escrevem seus próprios textos e descobrem o mundo mágico da leitura, tornando-se protagonistas de seu processo de aprendizagem.

Princípios Epistemológicos

O presente Projeto Político-Pedagógico apresenta em seus princípios epistemológicos a concepção de conhecimento evidenciando que o processo de conhecer é uma necessidade humana, historicamente construída, visando

ompreender e transformar a realidade circundante. Portanto, o “objetivo do conhecimento é o desvendamento e o domínio da realidade” (LUCKESI, 1985, p. 61).

No campo escolar é necessário destacar que o processo de conhecer não se constrói de forma isolada, fragmentado do contexto sócio-político, isto porque, qualquer situação não existe isoladamente, mas é resultado de um conjunto de fenômenos interligados, inter-relacionados, contudo, observa-se que há diferentes visões sobre o conhecimento sendo praticadas no universo escolar.

Na particularidade desse Projeto Político-Pedagógico procurar-se-á refletir sobre as diferentes abordagens que estão constituindo o ideário pedagógico do trabalho docente. As teorias de conhecimento apontam que toda interpretação da realidade resulta de uma tomada de posição epistemológica em relação ao sujeito e ao meio.

A ênfase posta na importância do sujeito para construir o conhecimento, caracteriza um tipo de trabalho pedagógico, onde a atividade de ensino é função do professor e tem a preocupação de compreender o que o estudante já conhece, e a partir daí buscar caminhos na construção dos conceitos científicos.

A vivência do estudante é o ponto de partida e o fundamento sobre o qual as situações de ensino são planejadas a fim de avançar e garantir aos estudantes acesso aos aspectos históricos e culturais da humanidade por meio dos clássicos e do conteúdo referido no Currículo em Movimento.

A abordagem da Pedagogia Histórico Crítica considera a interação sujeito-objeto como unicidade e que o conhecimento tem um processo de construção contínua. Portanto, conhecer, implica desenvolvimento contínuo de novas estruturas, onde sujeito e objeto interagem por meio da intervenção consciente e planejada do professor. Com isso tem-se as atividades como elementos dinamizadores da aprendizagem, por meio das quais estabelece-se relações sucessivas do sujeito com o meio em que se desenvolve. As práticas escolares, dependendo dos diferentes referenciais, determinam um tipo de formação que por sua vez condiciona concepções de homem, mundo, cultura e do próprio processo de aprendizagem.

Para o Projeto Político-Pedagógico, os fundamentos epistemológicos elegidos, reforçam a compreensão de uma abordagem da Pedagogia Histórico Crítica, por considerá-la unificadora, isto é, superam a linearidade da posição centralizadora ora do sujeito ora do objeto. Projetar a formação dos estudantes, a partir do trabalho docente direcionado por uma abordagem crítica, supõe considerar:

... as formas pelas quais os alunos lidam com os estímulos ambientais, organizam dados, sentem e resolvem problemas, adquirem conceitos e empregam símbolos verbais... a ênfase dada é na capacidade do aluno integrar informações e processá-las (MIZUKAMI, 1986, p. 59).

A perspectiva da Pedagogia Histórico encaminha o trabalho pedagógico para operacionalizar o processo de construção de conhecimento, a partir da análise conjuntural da concepção de homem e mundo, onde sujeito e objeto estão envolvidos nas múltiplas determinações sociais, buscando um processo progressivo de aprendizagem.

Por esta forma, o sujeito é considerado como um sujeito histórico social que tem o trabalho como fundante da sua vivência no mundo. A formação escolar, concebida no âmbito dessa abordagem fortalece o desenvolvimento do estudante em todas as suas atividades, ou seja:

O aluno progride de estádios mais primitivos, menos plásticos, menos móveis, em direção ao pensamento hipotético dedutivo, onde adquire instrumentos de adaptação que lhe irão possibilitar enfrentar qualquer perturbação do meio, podendo usar a descoberta e a invenção como instrumentos de adaptação às suas necessidades (MIZUKAMI, 1998,p.61).

Os encaminhamentos metodológicos decorrentes desta abordagem são traduzidos no cotidiano escolar, mediante práticas didáticas que garantam aprendizagem significativa por meio do acesso aos conhecimentos construídos socialmente ao longo da história da humanidade.

Para tanto, é necessário investir em ações que potencializam ações de ensino intencionais e de aprendizagem no intuito de estabelecer relações entre seus conhecimentos prévios sobre um assunto e o que está aprendendo sobre ele para avançar em direção aos conceitos científicos. Essa disponibilidade exige ousadia para se colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos.

A escola cidadã projetada por esse Projeto Político Pedagógico encaminha o trabalho docente para atividades que exigem atitude curiosa e investigativa, valorizando o processo interativo entre o sujeito e o meio sociocultural, consolidando formas de conexão solidárias e inteligíveis entre os vários campos do currículo escolar. Está presente também o favorecimento do processo de socialização dos estudantes, isto é, de democratização das relações pedagógicas. Democratizar relações supõe criar condições de cooperação, colaboração, trocas, intercâmbios, parcerias entre os sujeitos inseridos no convívio escolar.

Resultam sim, do respeito mútuo, da reciprocidade de atividades entre os membros da comunidade escolar, que possibilitam ao estudante aprender, desenvolver suas potencialidades de ação motora, verbal, mental, afetiva para interagir no processo sociocultural da sociedade em que vive.

Os fundamentos epistemológicos, da escola cidadã, projetados na Proposta Pedagógica destacam que cabe ao processo de ensino desenvolver e ativar as estruturas sociocognitivas dos estudantes, visando progressivamente o desenvolvimento de operações, da organização dos dados da experiência cotidiana, do estabelecimento de relações, da proposição de problemas.

A abordagem interacionista confirma a ação mediadora dos padrões culturais para integrar os esquemas estruturantes do desenvolvimento individual relacionados à construção de conhecimentos e à relação social. Os fundamentos epistemológicos sinalizados nesse Projeto Político Pedagógico apontam que o ato de conhecer é complexo e construído paulatinamente, a fim de possibilitar aprendizagens. Nesse contexto há necessidade que os fundamentos epistemológicos sinalizados nesse Projeto Político Pedagógico, devem ser continuamente avaliados na dimensão reflexiva de “pensar a própria práxis”.

Os princípios epistemológicos da unicidade entre teoria e prática, interdisciplinaridade e contextualização são discutidos nas coordenações pedagógicas e alvo de formação de modo constante, bem como a necessidade de flexibilização dos planejamentos e ações diante da diversidade de modos de aprender e ser dos estudantes.

O Currículo em Movimento reporta ainda aos temas transversais e integradores, facilitando a articulação desses temas nas diversidades trabalhadas na escola, destacando o conjunto de saberes que envolvem a trajetória pessoal e acadêmica que será transposta para as aprendizagens sistemáticas repassadas pelo professor e que estão diretamente ligadas a função social da escola.

Cabe ressaltar a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores em consonância com uma práxis direcionada para uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam. (Distrito Federal, 2013, p. 10).

A interdisciplinaridade deve permear todo o trabalho pedagógico nas atividades de sala de aula e no desenvolvimento dos projetos. Ela é baseada na interação, comunicação e interdependência entre as áreas do conhecimento, essa proposta tem por objetivo romper a fragmentação dos conteúdos formando um estudante numa perspectiva social, para o mundo e para a sociedade.

Educação Inclusiva

Em relação à Educação Inclusiva esta instituição segue os marcos legais na perspectiva da Educação Inclusiva, fundamenta-se em princípios de equidade, de direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se, e no direito de ser diferente.

Essa modalidade de educação deve estar apoiada em políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de condições distintas

para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A Constituição Federal de 1988 veio legitimar a oferta de atendimento educacional especializado a estudantes com necessidades educacionais especiais, indicando que o mesmo deveria ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, e estabelece a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita. Em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

As determinações da Carta Magna respaldam a garantia de educação para todos, conforme estabelecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas – ONU, 1948); na Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, 1994), das quais o Brasil é signatário, reitera a educação como um direito e apresenta-se como um ponto de partida para a construção de uma educação inclusiva.

A LDBEN define a Educação Especial como uma modalidade de educação não substitutiva ao ensino comum, a ser oferecida às pessoas com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis e modalidades da educação. Em seu Capítulo V, esta Lei determina em seu art. 58, primeiro parágrafo, que poderão ser oferecidos, quando necessário, serviços de apoio especializado, em escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

A Resolução nº 02/2001, do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de Alunos que Apresentem Necessidades Educacionais na Educação Básica, prevê que no atendimento escolar sejam assegurados serviços de Educação Especial,

sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

O Decreto nº 3.956/ 2001, que promulga a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, ratifica a Convenção da OEA, a Lei nº 3.218/2003, que dispõe sobre a Universalização da Educação Inclusiva em escolas da rede pública do Distrito Federal; a Resolução nº 01/2005, do Conselho de Educação do Distrito Federal, estabelece normas para a Educação do Distrito, Federal e dispõe sobre programa de estimulação precoce, salas de recursos, centros especializados e temporalidade. O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; as Resoluções nº 01 e nº 10/ 2012, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), estabelecem normas para o sistema de ensino do Distrito Federal acerca do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Todos esses normativos merecem destaque dentro do cenário da educação especial.

A Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Decreto nº 6.949/2009, realiza uma análise sobre a conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma de inclusão social, alterando o conceito de deficiência. Neste normativo, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem construir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (CORDE, 2008a, p. 27). Esse documento também preconiza o direito da pessoa com deficiência à educação por meio do acesso e da permanência em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como assegura o aprendizado ao longo de toda a vida.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi configurada como uma série histórica de intenções, ações e concepções que redefiniu a Educação Especial, ampliando seus objetivos e orientando os sistemas de ensino a garantirem acesso ao ensino regular, com

participação, aprendizagem e continuidade em níveis mais elevados de ensino, transversalidade da modalidade Educação Especial, desde a educação infantil até a educação superior e oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A política define também ações de formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para efetivar a inclusão. Esse documento reafirma o conceito de atendimento educacional especializado complementar e suplementare define o público-alvo da educação especial, composto por estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Para regulamentar essa política, instituiu-se o Decreto nº 6.571/2008, que dispunha sobre o AEE, e que financiava por meio de duplo cômputo no FUNDEB a escolarização do público alvo de Educação Especial, somente em escolas comunse ainda fazia a previsão de apoio técnico e financeiro somente aos sistemas públicosde ensino. Com essas prerrogativas, o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação de estudantes, considerando suas necessidades específicas. De acordo com esse Decreto, a oferta do AEE devia ser efetivada, segundo o modelode salas de recursos multifuncionais. O Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre a Educação Especial, o AEE e dá outras providências, revoga o Decreto nº 6.571/2008e abre a possibilidade de que as instituições especializadas devidamente credenciadas nos sistemas públicos de ensino possam receber financiamento por escolarização de estudantes da Educação Especial.

A orientação desse normativo enfatiza em seu artigo 2º que a Educação Especial deve garantir o AEE e explicita as complementações e suplementações curriculares desse atendimento. O modo de organização curricular complementar é destinado a alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento de modo a garantir apoio permanente e ilimitado no tempo e na frequência de estudantes às salas de recursos multifuncionais, e o modo suplementar do currículo é disponibilizado à formação de alunos com altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2011).

Ainda com relação aos marcos histórico e regulatório da Educação Especial, a Conferência Nacional de Educação Básica (BRASIL, 2008b) em seu texto final salienta:

“Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica nos transportes, mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.” (BRASIL, 2008, p. 64).

O reconhecimento das diferenças e a conscientização acerca da garantia de igualdade de oportunidades orientam para uma política permeada pela ética de inclusão, ou seja, a concretização de atitudes que favoreçam que os indivíduos possam ser desiguais, inclusive para exercer o imperativo da ética de inclusão implicada no direito da cidadania e fundamentada no direito, que as pessoas com necessidades educacionais especiais tem de tomar parte ativa na sociedade, com oportunidades iguais às da maioria da população. Essas oportunidades, certamente, passam pela ação deliberada da escola como espaço privilegiado de saber para a diversidade e para a cidadania, em uma perspectiva de educação para os direitos humanos e, neste sentido, o direito fundamental à educação de qualidade.

Na última década, para fazer valer esse direito para todos, e neste todos se incluem estudantes com altas habilidades/superdotação, estudantes com

Transtornos do Espectro Autista e aqueles com deficiências física, intelectual e sensorial, as políticas públicas em âmbito federal, estadual, municipal e distrital começam a sinalizar para ações mais concretas nessa direção, com adoção de políticas afirmativas e políticas de Estado e de Governo para responderem as demandas de inclusão social e educacional desses estudantes. Na atualidade, podem ser destacados programas e projetos implementados para proporcionarem condições para a inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino, em parceria com o Ministério da Educação, destacando-se:

- Implantação de salas de recursos multifuncionais com mobiliários, equipamentos, materiais didáticos, pedagógicos e recursos de tecnologia assistiva para propiciarem atendimento educacional especializado.
- Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE com o programa Escola Acessível para promoção de acessibilidade arquitetônica em instituições escolares.
- Parceria com instituições públicas de educação superior para a formação continuada de professores com a oferta de cursos voltados para o atendimento educacional especializado, na modalidade a distância.
- Ação interministerial onde estão envolvidos os Ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para monitoramento de pessoas com deficiência com idade de zero a 18 anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC.
- Organização de núcleos para altas habilidades / superdotação e de centros de apoio pedagógico a estudantes com surdez, em todos os Estados brasileiros, visando ao atendimento de especificidades apresentadas, no âmbito do contexto escolar comum.
- Acessibilidade aos programas de distribuição de livros didáticos e paradidáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDE, em formatos acessíveis como: Braille, Libras, Dicionário trilingue: português / inglês / libras e de laptops para estudantes cegos.

A Resolução nº 04/2009 do CNE/CEB institui as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado em Educação Básica, definindo a institucionalização do atendimento educacional especializado e a necessidade de que o mesmo passe a integrar o Projeto Político Pedagógico da escola, prevendo a participação da família e a elaboração de Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE por parte de professor especializado. Enfatiza-se nesta Resolução o caráter pedagógico das salas de recursos multifuncionais como os lócus prioritários do AEE, mas não único.

A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dispondo em seu artigo 2º que pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

A Lei nº 5.016/2013 estabelece diretrizes e parâmetros para desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos, a serem implantadas e implementadas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências. Com isso, a Educação Especial, na perspectiva de educação inclusiva, visa promover o direito de todos à educação.

Avanços significativos estão sendo alcançados com a formulação de políticas públicas por parte do Governo do Distrito Federal, com ações intersecretariais, nas quais a SEEDF viabiliza sua execução em escolas da rede pública de ensino. Exemplo disso é o Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência – “Plano Viver sem Limites”, com a finalidade de promover por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo de direitos das pessoas com deficiência, em termos da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009.

8. METAS DA UNIDADE ESCOLAR

Os princípios, objetivos e ações aqui apresentadas sintetizam as metas de todo o corpo docente e comunidade escolar em pensar a escola como espaço

privilegiado de formação humana que apresenta uma dupla função dialética: é determinada socialmente, mas também determinante para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e fraterna.

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico desta Instituição representa a possibilidade de materializar um projeto de escola pública comprometida com uma educação de qualidade referenciada no social, com a clareza de que essa construção é contínua, portanto, inacabada.

9 - OBJETIVOS

Objetivos gerais

- Garantir que a escola tenha como foco o direito do estudante ao acesso ao conhecimento construído historicamente com vistas a formação humanizadora e problematizadora;
- Estabelecer relação de parceria com a comunidade escolar de forma a facilitar a relação ensino e aprendizagem;
- Correlacionar as ações e projetos da instituição de forma a atender as necessidades e interesses dos estudantes com vista a diminuição da evasão escolar;
- Gerir a instituição de forma democrática, focando na participação, interação e diálogo entre todas as equipes e professores da instituição;
- Criar espaços de formação e estudos coletivos.

Objetivos específicos

- Reorganizar o tempo/espaço da escola, com vistas ao pleno desenvolvimento da criança e sua efetiva alfabetização/letramento, aumentando em 20% o índice de aprovação;
- Valorizar a formação continuada dos professores, estimulando a ação-reflexão-ação da prática pedagógica;
- Ofertar aos profissionais da educação espaços de estudos;
- Garantir aprendizagem aos estudantes por meio de ensino intencional e sistematizado;

- Criar um ambiente harmonioso e colaborativo para os profissionais da educação e de importantes aprendizados para os estudantes.

Planejamento Estratégico e Democrático: Que escola temos? Que escola queremos?

Continuamente buscamos conhecer os valores que norteiam as práticas dos profissionais que atuam nessa Instituição de Ensino para o delineamento deste Projeto. Esta busca iniciou - se no ano de 2006 quando a nova equipe, ao assumir a direção da Instituição e contando o apoio dos servidores, estabeleceu um diálogo com todos os sujeitos inseridos nesse espaço, no sentido de construir a identidade da escola.

Uma questão ficou clara durante a construção deste Projeto Político Pedagógico foi a necessidade de planejar. Por isso pensamos no planejamento e avaliação dentro da ótica da implantação das políticas educacionais que existem e que queremos construir, acreditando que "(...) mais importante que o plano é o processo que se desencadeia" (GHANDI). Porque no planejamento vivenciamos as mudanças e transformações que buscamos, intervindo assim na realidade social e individual.

As fases do planejamento são importantes para a execução clara deste Projeto Político Pedagógico. Por isso analisamos com clareza o diagnóstico, a programação e a avaliação. O diagnóstico nos remete as perguntas: onde e como estamos? Onde queremos chegar? A programação nos permitirá elaborar os objetivos e as metas que queremos alcançar. A avaliação possibilitará o acompanhamento do desempenho do próprio processo, analisando os resultados alcançados tendo em vista as metas e/ou os objetivos definidos anteriormente.

Buscamos com esta Proposta construir uma cultura de participação e de gestão democrática que deflagrou um movimento de instituição de uma nova cultura na escola. Para isso há necessidade de que nos assumamos em processo de aprendizado, na busca de uma nova relação entre a educação, a escola e a democracia. Devemos então mudar, mesmo sabendo que mudar é um ato de coragem. É a aceitação plena e consciente do desafio. É trabalho árduo, para hoje. E

os frutos? Os frutos só virão amanhã, e quem sabe, um amanhã distante. Mas quando temos a certeza de estarmos no rumo certo, a caminhada é tranquila.

10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA

Pedagogia Histórico-Crítica

A implementação das sações propostas em nosso Projeto Político Pedagógico, se assegura pela certeza do apoio teórico e prático da Secretaria de Educação por intermédio da Coordenação Regional de Samambaia em toda a plenitude pedagógica e administrativa, mas também pela consideração à análise do processo de desenvolvimento profissional docente e sua práxis que orienta os projetos formativos, a formação continuada dos professores no contexto do trabalho, a prática contextualizada do conhecimento, os aportes teóricos sobre a prática, a revisão do pensamento sobre a formação e o conhecimento e uma ação realizadora sobre a experiência, bem como o acompanhamento e participação efetiva de toda a Equipe Gestora.

A proposta de trabalho no Ensino Fundamental, com as diferentes áreas do conhecimento, requer ação didática e pedagógica sustentada em eixos transversais do Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF): Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Considerando a importância da articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, o currículo propõe ainda eixos integradores: alfabetização, somente para o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), letramentos e ludicidade para todo o Ensino Fundamental. (Currículo em Movimento da Educação Básica Ensino Fundamental anos Iniciais, 2014, p. 09).

Ao estabelecer diretrizes, nortear caminhos e definir objetivos, na verdade, estamos segmentando uma instituição com identidade própria, que possa definir suas metas educacionais. A partir de agora, a Instituição de Ensino Pública Escola

Classe 501 de Samambaia - DF passa a se identificar, ser reconhecida e avaliada sistematicamente por toda a comunidade que envolve seu contexto, sejam pais, mães, professores, auxiliares de educação, estudantes e demais membros.

Para que tal argumentação prevaleça, apresentamos nossa escola como uma “universidade”. Claro que não uma universidade formal e regimentalmente legalizada, mas sim uma escola que busca integrar e universalizar conhecimentos que possam regimentar a formação de cidadãos conscientes e formadores de atitudes positivas.

Os estudantes do Ensino Fundamental assumem em seu percurso formativo a condição de sujeitos e direito e constroem, gradativamente, sua cidadania (DCN, 2013). Nessa etapa da vida, crianças de seis a dez são curiosas, questionadoras, sociáveis edotadas de imaginação, movimento e desejo de aprender, sendo o lúdico bem peculiar dessa fase. Independentemente de sua condição de vida, buscam referências para formação de princípios a fim de enfrentar situações do cotidiano. Este é o momento em que a capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades, por meio de relações socioculturais, possibilita a estruturação de seu modo de pensar e agir nomundo, além da construção de sua autonomia e de sua identidade. Ao promover experiências pessoais e coletivas com o objetivo da formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos, corresponsáveis por suas aprendizagens, a escola ressignifica o currículoarticulando conteúdos com eixos transversais e integradores. (Currículo em Movimento da Educação Básica Ensino Fundamental anos Iniciais, p. 10);

Diante do exposto, a Escola Classe 501 de Samambaia - DF assume seu papel de corporação social, dentro de uma ótica pedagogicamente definida, além de buscar alcançar as metas e indicadores educacionais e de gestão. Nossa Instituição de Ensino está atenta às demandas necessárias ao desenvolvimento cognitivo e social de nossos estudantes, e em conformidade como o Art. 13 da LDB, que preconiza “zela rpela aprendizagem dos estudantes”, formando assim cidadão séticos, e ainda em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica Ensino Fundamental Anos Iniciais que traz:

A organização curricular deve proporcionar discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando-a a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da proposta pedagógica; uma educação para além da escola, que busque ensinar na perspectiva de instigar, provocar, seduzir o outro para o desejo de aprender, por meio de relações que possam ser estabelecidas entre conteúdos e a realidade dos estudantes.

Nessa ótica, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal se ancora na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural, considerando que o trabalho pedagógico apoia-se a prática social e por meio da mediação, da linguagem e da cultura, as aprendizagens ocorrerão na interação do sujeito com o meio e com os outros. (Currículo em Movimento da Educação Básica Ensino Fundamental anos Iniciais, p. 10).

Psicologia Histórico-Cultural

A Psicologia Histórico-Cultural destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona de desenvolvimento iminente”. A possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329).

Assim, aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização.

O desenvolvimento dos estudantes é favorecido quando vivenciam situações que os colocam como protagonistas do processo ensino-aprendizagem, tendo o

professor como mediador do conhecimento historicamente acumulado, por meio de ações intencionais didaticamente organizadas para a formação de um sujeito histórico e social.

Assim, o objeto da educação trata de dois aspectos essenciais, articulados e concomitantes: a) Identificar os elementos culturais produzidos pela humanidade que contribuam para a humanização dos indivíduos, distinguindo entre o “essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório” (SAVIANI, 2013);

Organizar e refletir sobre as formas mais adequadas para atingir essa humanização, estabelecendo valores, lógicas e prioridades para esses conteúdos. A aprendizagem, sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, só se torna viável quando o projeto político-pedagógico que contempla a organização escolar considera as práticas e interesses sociais da comunidade.

A identificação da prática social, como vivência do conteúdo pelo educando, é o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem. Influi na definição de todo o percurso metodológico a ser construído pelos professores. A partir dessa identificação, a problematização favorece o questionamento crítico dos conhecimentos prévios da prática social e desencadeia outro processo mediado pelo docente, o de instrumentalização teórica, em que o diálogo entre os diversos saberes possibilita a construção de novos conhecimentos (SAVIANI, 2013).

Na organização do trabalho pedagógico, a prática social, seguida da problematização, instiga, questiona e desafia o educando, orienta o trabalho do professor com vistas ao alcance dos objetivos de aprendizagem. São indicados procedimentos e conteúdos a serem adotados e trabalhados por meio da aquisição, significação e contextualização das diferentes linguagens expressas socialmente.

A mediação docente resumindo, interpretando, indicando, selecionando os conteúdos numa experiência coletiva de colaboração produza instrumentalização dos estudantes nas diferentes dimensões dos conceitos cotidianos e científicos que, por sua vez, possibilitará outra expressão da prática social (catarse e síntese). Tal processo de construção do conhecimento percorrerá caminhos que retornam de maneira dialética para a prática social (prática social final).

A diferença entre o estágio inicial (prática social) e o estágio final (prática social final) não revela o engessamento do saber, apenas aponta avançose a ideia de processo. Sendo assim, o que hoje considerarmos “finalizado”, será amanhã início de um novo processo de aprendizagem. Isso porque professor e aluno

“[...] modificaram-se intelectual e qualitativamente em relação a suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, passando de um estágio menor de compreensão científica a uma fase de maior clareza e compreensão dessa mesma concepção dentro da totalidade” (GASPARIN, 2012, p. 140).

Professores e estudantes passam, então, a ter novos posicionamentos em relação à prática social do conteúdo que foi adquirido, mesmo que a compreensão do conteúdo ainda não se tenha concretizado como prática, porque esta requer aplicação em situações reais.

Nessa perspectiva, a prática pedagógica com significado social deve ser desenvolvida para além da dimensão técnica, permeada por conhecimentos, mas também por relações interpessoais e vivências de cunho afetivo, valorativo e ético. As experiências e as aprendizagens vinculadas ao campo das emoções e da afetividade superam dualismos e crescem em meio às contradições. Assim, a organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola como um todo deve possibilitar o uso da razão e emoção, do pensamento e sentimento para tornar positivas e significativas as experiências pedagógicas.

O delineamento dos processos intencionais de comunicação e produção dos conhecimentos é acrescido da compreensão das diversas relações que se estabelecem com e na escola, não se excluindo nenhum daqueles que interagem dentro ou com essa instituição: pais, mães, profissionais da educação, estudantes e membros da comunidade escolar como um todo.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reconhece que a educação é determinada pela sociedade, mas essa determinação é relativa; a educação pode interferir na mesma, contribuindo para sua transformação. Sendo assim, a concretização deste Currículo, como elemento estruturante das relações

sociais que ocorrem na escola, se dará articulada ao projeto político-pedagógico de cada escola, instrumento que define caminhos na busca pela qualidade social da educação pública do DF.

Qualidade referenciada nos sujeitos sociais que

“[...] concebe a escola como centro privilegiado de apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado pela humanidade, espaço de irradiação e de difusão de cultura” (ARAÚJO, 2012, p. 233). Nessa perspectiva, o Currículo é compreendido como “[...] construção, [...] campo de embates e de disputas por modos de vida, tipo de homem e de sociedade que se deseja construir” (idem).

E a escola espaço de produção de culturas e não de reprodução de informações, teorias, regras ou competências alinhadas à lógica mercadológica.

Historicamente, a escola pública não incorporou de forma efetiva as demandas das classes populares, mesmo com a democratização do acesso da maioria da população ao ensino fundamental. O indicador dessa incompletude da escola se revela por meio da não garantia das aprendizagens para todos de maneira igualitária. A SEEDF assume seu papel político-pedagógico como todo ato educacional em si o revela, apresentando este Currículo com uma concepção de educação como direito e não como privilégio, articulando as dimensões humanas com as práticas curriculares em direção a uma escola pública, justa, democrática e fraterna. Para isso, privilegia eixos que não devem ser trabalhados de forma fragmentada e descontextualizada, mas transversal, articulando conhecimentos de diferentes áreas.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

O currículo é o conjunto de todas as ações desenvolvidas pela escola e que sistematizam os conhecimentos, interferindo na formação crítica, social e moral. Favorece a interdisciplinaridade, a prática e o aprendizado significativo no processo de construção do cidadão.

Diante dessa perspectiva a Escola Classe 501 de Samambaia – DF, se propõe a seguir o Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais e da Educação Infantil de acordo com a legislação vigente.

No que se refere a Educação Infantil o Currículo em Movimento traz:

A organização do trabalho pedagógico é de suma importância na condução e consolidação do processo educativo, sobretudo na Educação Infantil. Para orientar o trabalho pedagógico do desenvolvimento infantil, é preciso promover uma ação educativa devidamente planejada, efetiva e aberta ao processo avaliativo. Por isso, é imprescindível (Currículo em Movimento da Educação Infantil, p.33).

O Direito de aprendizagem dos estudantes no primeiro ciclo remete a se comprometer com os tempos, os ambientes, os materiais, datas comemorativas, bem como as rotinas organizadas no contexto educativo, sendo misturadas de forma lúdica às crianças.

Quanto a Educação Básica é citada no Currículo em Movimento que:

A organização curricular deve proporcionar discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando-a a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da SO; uma educação para além da escola, que busque ensinar na perspectiva de instigar, provocar, seduzir o outro para o desejo de aprender, por meio de relações que possam ser estabelecidas entre conteúdos e a realidade dos estudantes. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais, p. 11).

O Currículo em Movimento da Educação Básica aponta que:

Os conteúdos estão organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, porém articula-se em uma perspectiva de unicidade, progressividade e espiralização, vinculados diretamente à função social. Cada área do conhecimento apresenta o

desafio de promover a ampliação para aprendizagens contextuais, dialógicas e significativas em que o ponto de partida deve ser orientado por levantamento de conhecimentos prévios do grupo de estudantes com o qual o professor atua. Assim, a organização interna está sustentada levando-se em consideração especificidades de cada área, no sentido de explicitar essencialidades à aprendizagem e promover o trabalho interdisciplinar articulado com eixos transversais e integradores do currículo em movimento. Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais, p. 11).

O Currículo em Movimento reporta ainda aos temas transversais e integradores, facilitando a articulação desses temas nas diversidades trabalhadas na escola, destacando o conjunto de saberes que envolvem a trajetória pessoal e acadêmica que será transposta para as aprendizagens sistemáticas repassadas pelo professor e que estão diretamente ligadas a função social da escola.

Cabe ressaltar a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores em consonância com uma práxis direcionada para uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais, p. 10).

A interdisciplinaridade deve permear por todo o trabalho pedagógico, nas atividades de sala de aula e no desenvolvimento dos projetos. Ela é baseada na interação, comunicação e interdependência entre as áreas do conhecimento. Essa proposta tem por objetivo romper a fragmentação dos conteúdos formando um estudante numa perspectiva social, para o mundo e para a sociedade.

Os conteúdos trabalhados estão diretamente ligados ao Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais e ao Replanejamento Curricular 2023, que orienta que objetivos de aprendizagem ou

conteúdos do ano anterior sejam retomados se considerados fundamentais para a consolidação das aprendizagens do estudante no ano em curso.

LINGUAGENS – LÍNGUA PORTUGUESA - 1º e 2º BLOCOS

OBJETIVO	CONTEUDO	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO
Possibilitar aos estudantes serem leitores críticos percebendo o sentido da leitura entre diversos gêneros textuais e tornar a literatura significativa e prazerosa. Construir a consciência fonológica percebendo as estruturas da língua portuguesa.	Diversos gêneros textuais. Interpretação Inferências Conhecimento linguísticos articulados com os textos	Leituras e manipulação de diversos gêneros textuais presentes ou não no cotidiano Projeto de leitura individual (deleite) e coletivo (Construindo)	O processo de Alfabetização iniciará ao 1º ano. No 2º ano deverá haver apropriação deste conhecimento. Ao final do ciclo 3º ano, deverá ser consolidado. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.

LINGUAGENS – ARTE - 1º e 2º BLOCOS

OBJETIVO	CONTEUDO	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO
Promover o desenvolvimento integral dos estudantes por meio da experimentação, criação e reflexão acerca de manifestações artísticas e culturais diversas impulsionando o estudante em seu percurso pessoal e coletivo de produção de sentido.	Plástica Cênica Música	Visitas a museus, exposições e espaços culturais. Criação de desenhos livres, pinturas, recortes e colagens Apresentações com movimentos corporais ritmos diversos.	O 1º ano iniciará o processo com apreciação e participação. No 2º ano deverá haver apropriação deste conhecimento e participação. Ao final do ciclo 3º ano, deverá ser consolidado e com aprimoramento nas participações. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao

			final do 5º ano.
--	--	--	------------------

LINGUAGENS – EDUCAÇÃO FÍSICA - 1º e 2º BLOCOS

OBJETIVO	CONTEUDO	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO
Permitir o acesso a práticas corporais, ter consciência de seu corpo e de sua inserção social e ao mesmo tempo ampliar o próprio repertório motor	Desenvolvimento psicomotores primordiais na locomoção e estabilidades	Jogos, brincadeiras culturais, regras de convívio social e escolar	O 1º ano iniciará/ continuará com desenvolvimento psicomotor No 2º ano deverá haver ampliação do desenvolvimento psicomotor Ao final do ciclo 3º ano, deverá ser consolidado e com desenvolvimento psicomotor processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.

MATEMÁTICA - 1º e 2º BLOCOS

OBJETIVO	CONTEUDO	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO
Vivenciar situações que envolvam estruturas lógico matemáticas.	Estruturas lógicas	Utilizar jogos e atividades com desafios que proporcionem o raciocínio lógico para o letramento da matemática.	O 1º ano adquirir noções; 2º ano utilizar critérios e o 3º ano consolidar os critérios de conservação de conservação, correspondência, comparação,

<p>Realizar contagem biunívoca, operar mentalmente e resolução das operações quatro operações.</p>	<p>Números e operações</p>	<p>Oferecer situações aos estudantes para que reconheçam o uso do número em diferentes contextos: como quantificador, como código, para indicar uma posição e para determinar grandezas.</p>	<p>classificação, ordenação e sequenciação. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.</p> <p>No 1º ano identificar o uso do número; 2º ano reconhecer os diferentes empregos e 3º ano consolidar a utilização em suas diferentes funções sociais, reconhecendo sua necessidade. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.</p>
<p>Compreender a ideia de grandezas e medidas: massa, comprimento, capacidade, temperatura e tempo.</p>	<p>Grandezas e Medidas</p>	<p>Criação e experimentações com uso dos sistemas de medidas previstos para os anos, convencionais ou não convencionais.</p>	<p>No 1º ano compreender a ideia, no 2º ano reconhecer Instrumentos e no 3º ano utilizar os instrumentos de grandezas e medidas: massa, comprimento, capacidade, temperatura e tempo. O processo continuará no</p>

<p>Perceber o próprio corpo, suas dimensões e sua relação com o espaço físico.</p>	<p>Espaço e forma</p>	<p>Atividades de caça ao tesouro, de planta baixa, de representação de um lugar, vivenciado pela criança.</p>	<p>4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.</p> <p>1º ao 3º ano Promover o uso de medidas do contexto social, gradativamente conforme a compreensão de cada ano. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.</p>
<p>Desenvolver a leitura, interpretação, de dados e o pensamento combinatório, bem como discutir chances ou a probabilidade.</p>	<p>Tratamento da informação</p>	<p>Oficinas de jogos com situações do cotidiano contendo dados para análise de dados. Construção de gráficos e tabelas com materiais concretos.</p>	<p>1º ao 3º ano Coletar, organizar e construir representações próprias para a comunicação de dados coletados. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.</p>

CIÊNCIAS HUMANAS E DA NATUREZA - 1º e 2º BLOCOS

OBJETIVO	CONTEUDO	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO
<p>Construir a noção de identidade como sujeito individual e coletivo dentro de um espaço temporal.</p> <p>Explicar e compreender as relações entre sociedade e natureza, nas quais os indivíduos estão inseridos, compondo a paisagem e o espaço geográfico.</p> <p>Oportunizar aos estudantes de maneira multidisciplinar e interdisciplinar abordagens sobre o ambiente, o ser humano e a saúde e recursos tecnológicos.</p>	<p>HISTÓRIA</p> <p>GEOGRAFIA</p> <p>NATUREZA</p>	<p>Relatos e registros de história pessoal, convivência em grupo e relações entre o passado e o futuro.</p> <p>Reconhecer espaços de convívio familiar e social, utilizar materiais recicláveis, preservação e interação com o ambiente.</p> <p>Visitas a parques. Vídeos, filmes e documentários. Uso de materiais impressos como: jornais, revistas e outros. Realização de experiências. Uso do laboratório de informática.</p>	<p>Trabalhar do 1º ao 3º ano os eixos transversais e integradores, possibilitando respectivamente ao ano conhecer, compreender, perceber e identificar sua importância no mundo a sua volta. O processo continuará no 4º ano que deverá ser consolidado ao final do 5º ano.</p>

A Escola Classe 501 de Samambaia – DF procura trabalhar, do 1º ao 5º ano, as áreas do conhecimento supracitadas de maneira interdisciplinar e contemplando os

eixos integradores: alfabetização, letramento e ludicidade. E educação para a diversidade, sendo a escola muito preocupada em trabalhar as diferenças e efetivamente incluir os estudantes especiais; cidadania em e para os direitos humanos; e educação para sustentabilidade. São partícipes desse trabalho professores regentes, professores readaptados, equipe gestora, supervisora e coordenadoras pedagógicas, equipe de serviços AEE/OE/EEAA e estudantes com avaliações permanentes durante o ano letivo e de acordo com o calendário proposto pela SEEDF.

12- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Organização dos tempos e espaços

A Coordenação Pedagógica, na jornada ampliada, conforme previsto no art.4º da Portaria nº 445, de 16 de dezembro de 2016, destina quinze horas semanais ao planejamento, estudo e reflexão da prática pedagógica para a construção de ações coletivas, emancipadoras e colaborativas.

Sabe-se que é um espaço - tempo conquistado, que antecede ao período de regência dentro da jornada de trabalho que considera a amplitude do trabalho docente não limitado a atividade da regência e articulada aos demais elementos da valorização docente como as condições de trabalho, formação inicial e continuada, momentos de: debate; discussão; avaliação; planejamento; pesquisa.

Proporciona a reflexão sobre os objetivos/metas da escola – construção do Projeto Político Pedagógico sobre a organização do trabalho pedagógico, com a participação de todos os envolvidos e objetivando a busca pela qualidade da educação.

É um espaço/tempo que a direção da escola, supervisão e as coordenadoras pedagógicas, com a participação dos professores, são os responsáveis pelo planejamento e operacionalização da coordenação pedagógica na escola.

Os ciclos para as aprendizagens estruturam-se por meio da gestão democrática, da formação continuada dos profissionais da educação, (re) organização de espaço/tempos e o fortalecimento da supervisão/coordenação

pedagógica entre outros espaços escolares. As estratégias de valorização e formação continuada dos profissionais de educação ocorrem dentro/fora das coordenações pedagógicas, sendo respaldadas pela jornada ampliada. Essa organização permite uma nova postura dos profissionais da educação e proporcionou um trabalho coletivo e colaborativo com todos os participantes da vida escolar do estudante.

A ação da coordenação e supervisão pedagógica predomina-se em um trabalho onde a participação e o trabalho de integração como elo entre estudante - professor – equipe gestora - coordenador pedagógico, aliada a uma dinâmica ativa e coerente, construindo um resultado cujas linhas norteadoras contribuirão para um desenvolvimento eficaz em todo fazer pedagógico da Escola Classe 501 de Samambaia.

São muitas as transformações no interior do sistema de ensino e no meio social, além dos crescentes avanços tecnológicos, tivemos a experiência dos tempos de ensinos remotos. Tudo isso provoca grandes mudanças na concepção da educação e por sua vez no fazer pedagógico. E cada vez mais se ouve falar de gestão democrática e da participação das famílias e da sociedade no processo de tomada de decisão no ambiente escolar o que se aprofundou nesses tempos de ensino não presencial. Portanto, mais do que nunca, é necessário que o papel da coordenação/ supervisão pedagógica seja de mediador, incentivador e orientador.

A coordenações pedagógicas possuem funções múltiplas e significativas que se desenvolvem de maneira preventiva e construtiva que juntamente com o corpo docente e demais setores da escola, renovando as práticas pedagógicas, tendo como principal foco, uma melhor qualidade de ensino, como é de se esperar no processo de educacional presencial.

Relação escola-comunidade

Abordar o tema família/escola no processo de ensino e aprendizagem sempre é muito desafiador, pois é uma parceria importante na escolarização, onde a educação não pode estar apenas nas mãos da família ou da escola, mas sim mediada por ambas.

Portanto, é essa parceria que se constrói diariamente no cotidiano da escola, nas reuniões de pais, encontros proporcionados em festividades semestralmente, nas avaliações institucionais, onde são convidados ou comunicados através de bilhetes, convites, mural informativo e páginas da escola.

Relação teoria e prática

Esta instituição realiza os atendimentos pedagógicos semanalmente nos dois turnos, a luz das Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar, de acordo com os anos acerca dos conteúdos e metas projetadas para cada ano de escolarização: reagrupamento; projeto interventivo com atividades direcionadas e lúdicas para estudantes com dificuldades de escolarização; projeto de leitura: Construlendo por um Mundo Melhor.

A Escola se organiza para atender com os seguintes serviços contribuindo ainda mais para o sucesso escolar dos estudantes:

- Sala de recursos/AEE – Atendimento Educacional Especializado – sua área de atuação se dá na complementação curricular junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Coordenação Pedagógica - atua no fortalecimento da implementação das estratégias voltadas ao pleno desenvolvimento dos estudantes e auxílio aos profissionais da escola na execução de suas atividades.
- Orientação Educacional/OE – realiza trabalho em conjunto com os demais serviços citados acima, contribuindo também com as conversas pontuais com os estudantes, amenizando as situações de conflito, disciplinar e faltas contínuas, acompanhamento pontual de faltas, prevenindo assim a evasão escolar e quando necessário convoca os responsáveis para orientações em relação ao um melhor desenvolvimento pedagógico do estudante.

Metodologia de ensino

Para que as aprendizagens se realizem de modo lúdico, reflexivo e crítico, com ênfase no sucesso escolar utilizamos a metodologia de projetos, tido como um conjunto de atividades articuladas que trabalham com conhecimentos específicos

constituídos a partir de temas que podem ser gerados pelo interesse espontâneo dos estudantes e professores mediante suas narrativas e necessidades, seguindo uma intencionalidade pedagógica bem definida.

Os projetos precisam ser planejados, controlados, revisados e divulgados. Esse percurso metodológico é construído pelos docentes, coordenadoras e e equipe gestora, com base na prática social dos estudantes, na problematização e instrumentalização teórica que possibilite o reinício do processo de aprendizagem, a troca com outros sujeitos e consigo próprio internalizando os conhecimentos, papéis e funções sociais.

Organização da escolaridade

As reflexões pedagógicas no Brasil ganharam força, apresentando outras possibilidades de organização de tempo /espaço escolares – os Ciclos. Conforme a Lei nº 11.274/ 2006 e citada nas Diretrizes Pedagógicas para Organização Curricular de 2014, ampliando a escolaridade mínima de 08 para 09 anos no ensino fundamental.

Na organização escolar em ciclos, os tempos e espaços escolares não são rigorosos e definidos linearmente, devem ser refletidos para atender as necessidades de aprendizagens dos estudantes, respeitando seu processo de escolarização.

Esta Instituição tem como Proposta Pedagógica a adotada pela SEEDF na implantação do Ensino Fundamental de 9 anos. Portanto a Escola Classe 501 de Samambaia – DF realiza seu trabalho pela proposta de ciclos, distribuídos em primeira etapa Educação Infantil, Anos iniciais I Bloco - 1º, 2º e 3º anos e II Bloco 4º e 5º anos e Classe Especial. Em acordo com as Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar: da Educação Infantil, Classe Especial e do 2º Ciclo/SEEDF e com planejamento pautado no Currículo em Movimento e nas avaliações internas e externas, para os blocos/ anos ofertados.

13- APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR

Cultura de Paz

O desenvolvimento da cultura de paz é fundamental para integrar os princípios e valores da paz, da não-violência, da justiça social e da resolução pacífica de conflitos em todas as áreas do currículo escolar.

Ações: realizar um diagnóstico da situação atual, identificando áreas de conflito, desafios de convivência, questões de violência ou discriminação, e oportunidades para promover a paz e a harmonia.

Mediação de Conflitos entre Estudantes: Treinar alunos para atuarem como mediadores de conflitos entre seus colegas pode ajudar a resolver disputas de maneira pacífica e promover habilidades de comunicação e resolução de problemas.

Projeto de Arte pela Paz: Realizar um projeto de arte colaborativo onde os alunos possam expressar suas ideias e visões sobre a paz por meio de pinturas, esculturas, músicas, poesias, etc. Isso não apenas promove a criatividade, mas também estimula reflexões profundas sobre o tema.

Programa de Educação em Direitos Humanos: Integrar a educação em direitos humanos ao currículo escolar, com aulas e atividades que abordem temas como igualdade, diversidade, justiça e não discriminação, ajuda a criar uma cultura de respeito e tolerância.

Campanha Anti-bullying: Lançar uma campanha contra o bullying na escola, com atividades de conscientização, workshops sobre empatia e respeito mútuo, e estratégias para prevenir e lidar com o bullying de maneira eficaz, contribui para criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Objetivos: Incentivar o diálogo aberto e construtivo entre diferentes grupos é essencial para resolver conflitos de maneira pacífica, resolução de conflitos de forma não violenta e habilidades de comunicação eficazes pode ajudar a criar uma geração mais consciente e empática. Discutir questões relacionadas à paz, participar de atividades de sensibilização e realizar projetos comunitários voltados para a promoção da paz.

Eixos: O eixo transversal do currículo em movimento "Cultura de Paz" pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de um mundo mais justo, pacífico e sustentável.

Responsáveis: todos os profissionais que atuam na Unidade Escolar.

Plenarinha

O Projeto "Plenarinha" teve início no ano de 2013, com o objetivo de fortalecer o protagonismo das crianças na Primeira Infância e torná-las partícipes na elaboração da primeira versão do Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil (2014). A experiência prosperou e, no decorrer dos anos seguintes, os temas foram escolhidos em consonância com o Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (DISTRITO FEDERAL, 2018), com a participação efetiva das crianças, suscitando a escuta sensível, promovendo o desenvolvimento de novas políticas e a organização do trabalho pedagógico para a Educação Infantil.

O programa Plenarinha da Secretaria de Educação do Distrito Federal é adaptado para atender às necessidades e capacidades das crianças na faixa etária da educação infantil. Aqui está uma visão geral de como o programa funciona para esses estudantes:

Abordagem lúdica e participativa: Considerando a faixa etária das crianças na educação infantil, a Plenarinha utiliza uma abordagem lúdica e participativa, envolvendo atividades práticas, jogos, histórias e brincadeiras para transmitir conceitos de cidadania, respeito, cooperação e inclusão.

Temas adaptados: Os temas abordados pelo programa são adaptados à compreensão e interesse das crianças pequenas. Isso pode incluir noções simples de direitos e deveres, como respeitar os colegas, cuidar do ambiente escolar, compartilhar e colaborar.

Atividades práticas: As atividades práticas são fundamentais na Plenarinha para a educação infantil, envolve projetos de arte, música, teatro e movimento, nos quais as crianças possam expressar suas ideias e sentimentos de forma criativa,

atividades artísticas como pintura, desenho, modelagem e colagem, onde as crianças possam expressar suas ideias relacionados aos temas do programa.

Incentivo à participação: As crianças são incentivadas a participar ativamente das atividades da Plenarinha, oferecendo oportunidades para que expressem suas próprias ideias.

Avaliação: A avaliação do programa para a educação infantil é adaptada à idade e ao desenvolvimento das crianças, utilizando observação e produções artísticas como formas de acompanhar o progresso e o engajamento dos alunos.

Circuito de Ciências

No que rege a apresentação do Circuito de Ciências tem como objetivo basilar estimular o interesse nas Ciências, por meio de projetos criativos e inovadores. Para isso, é importante que ocorra o engajamento dos profissionais que atuam na educação, no desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulem o protagonismo estudantil e ampliem seu conhecimento de mundo. Nesse sentido, é importante que as escolas públicas busquem parcerias com universidades, centros de pesquisa, empresas públicas ou privadas para promover o contato com diferentes culturas e formas de pensar, visando um ambiente de trocas, de experiências e de novas oportunidades.

Portanto o documento também traz os objetivos mencionados:

Objetivo Geral: Fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico, suas tecnologias e inovações na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Objetivos Específicos:

Fomentar atividades de iniciação e letramento científico na Educação Básica, por meio da elaboração e do desenvolvimento de projetos pedagógicos com caráter científico.

- Expor e difundir a produção científica e cultural da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Promover a produção de atividades que estimulem a inovação, a criatividade, o protagonismo estudantil e a investigação científica;

- Incentivar a interdisciplinaridade no ensino e na aprendizagem das Ciências, assim como ressaltar a importância do conhecimento científico para aprendizagem das artes e das humanidades;
- Contribuir para a autonomia dos estudantes, bem como, para o estímulo à curiosidade e à criatividade, por meio de pesquisa e elaboração de projetos; Entre outros nos dizeres do regimento publicado.

Alfaletando

O Programa Alfaletando foi instituído pelo decreto número 45.495 de 19 de Fevereiro de 2024, que visa garantir a alfabetização de crianças até os sete anos, um dos grandes pilares para melhoria dos índices de aprendizagens e uma educação pública de excelência. Programa ofertado para os professores das turmas de 1º e 2º anos. Os estudantes e professores receberam materiais suplementares do Programa.

Conforme o Decreto, são dois os objetivos do Programa:

I – garantir que 100% das crianças matriculadas na rede pública de ensino estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; e,

II – recompor as aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos da rede pública de ensino, em vista do impacto da pandemia de Covid-19 para esse público.

14 - APRESENTAÇÃO PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola participa de projetos e programas do governo que legitimam a melhoria da qualidade de ensino tais como: dias de formação da Educação Infantil, Plenarinho; Semana do Brincar; Dia nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Lei Federal n 9.970/2000), Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei Federal nº 12633/2012), Dia Nacional de Luta das pessoas com Deficiências (Lei Federal nº 11.133/2005), dentre outros. Recepção de Crianças e Transição entre as etapas para os estudantes; Semana da

Prevenção ao Uso de Drogas no DF; Semana Nacional do Livro e da Biblioteca; Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade; Dia Nacional da Consciência Negra; Semana Maria da Penha; Formações continuadas.

No âmbito interno da Escola também realiza as intervenções e projetos, tais como: Reagrupamento, Projeto Interventivo, Escuta Dialogada e Adequação Curricular, Projeto de leitura – Construlendo por um Mundo Melhor, Datas comemorativas e eventos diversos; Conselho de Classe; Projeto de Transição.

O Reagrupamento é uma estratégia de trabalho em grupo, que atenda a todos os estudantes, permitindo o avanço contínuo das aprendizagens a partir de conhecimentos que contemplem as necessidades de cada estudante durante todo o ano letivo. “(Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens: BIA e 2º Bloco, pág. 2014.)

É uma ação planejada pela coordenação pedagógica, tendo como base os resultados da análise dos testes da psicogênese, aplicado pelos professores regentes, onde são atendidos estudantes do 1º ao 5º ano, com temas relevantes para o desenvolvimento pedagógico, social e emocional dos estudantes.

O Projeto Interventivo é realizado pelos professores regentes em conjunto com a coordenação pedagógica, onde são atendidos estudantes do 1º ao 5º ano que apresentam dificuldades de escolarização e distorção ano-idade, caracterizando como um trabalho muito importante na dimensão escolar, que vem resgatando a auto estima e o desejo em aprender dos estudantes quando sentem-se participes do processo aprendizagem.

A Leitura é uma prática de interação social, é encontro de sujeitos: leitor e autor, onde a viagem acontece na imaginação de cada ser.

O Projeto Leitura desenvolvido na Escola tem com título macro: Construlendo por um Mundo Melhor, que promove a integração da leitura deleite com temas a serem trabalhados na Escola, além de despertar o gosto pela leitura desencadeia a inferência entre o tema, as leituras, os autores, a escrita e os gêneros textuais.

É um orientado e acompanhado pela coordenação pedagógica e aplicado pelos professores regentes, onde são atendidos como foco principal os estudantes do 1º ao 5º ano e como incentivo à leitura para todos os demais segmentos de profissionais da escola.

O Momento Cívico na Escola Classe 501 em sintonia com a Lei nº 12.031/2.009, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional nas escolas, planeja semanalmente em conjunto com os professores regentes e com cada segmento.

Os professores conscientizam os estudantes sobre a postura diante do Hino Nacional e a importância de respeitá-lo como um símbolo da pátria e a valorização do país, com ênfase no exercício da cidadania e no respeito à liberdade de expressão.

Na oportunidade, realiza-se apresentações de acordo com a data comemorativa, temas trabalhados no projeto Construindo por um Mundo Melhor e no Reagrupamento. O espaço é organizado pela coordenação pedagógica, gestores e professores regentes que extrapola o espaço convencional de aprendizado em sala de aula.

Os eventos escolares, tais como Festa Junina ou Julina e dia da Família na Escola além do riquíssimo conhecimento e da expansão cultural que estas práticas, estreitam laços entre as famílias e a escola, e ainda mencionar as interações e a trocas entre os estudantes, o que enriquece ainda mais a jornada de aprendizagem. Além de propiciem aos educandos aprendizagens relacionadas as tradições do nosso país, realizamos em consonância com os temas constantes no Currículo em Movimento da SEEDF.

O Projeto Transição dirige promover atividades de adaptação dos alunos que estão passando por esta mudança fase, ano ou unidade escolar proporcionando relações interpessoais e vislumbrando a fase sequencial, proporcionando aos estudantes vivência, experiência e discussão acerca da etapa subsequente, culminando com um lindo momento de formatura, o que reflete uma importância grande aos estudantes que transcendem esse momento.

A Educação Integral parte de um pressuposto fundamental: todos os estudantes são capazes de aprender, em diferentes lugares, com diferentes pessoas e ao longo de toda a vida. Trata-se de uma concepção que compreende que educar é garantir o desenvolvimento de todas e todos, em todas suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e simbólica.

O Conselho de Classe na Escola propõe nessa ação na perspectiva em uma avaliação formativa, é uma das oportunidades em que é possível reuniros analisar os processos de ensino e de aprendizagens sob múltiplas perspectivas, traçar intervenções e compartilhar experiências. É uma ação planejada e organizada pela coordenação pedagógica, com a participação da equipe de gestores, equipe de serviços e professores. Ainda podemos contar com a participação de membros da escola sequencial que tende a receber mais estudantes da Escola 501.

A Escuta Dialogada reúne o professor individualmente por ano/turno e serviços (EEAA/SOE/SR/CP), a fim de pensarem intervenções pedagógicas pontuais diversas a partir dos desafios apresentados pelos estudantes no processo de escolarização ou ainda com dificuldades de sócio emocionais que necessitam que intervenção para melhor desenvolvimento pedagógico.

As adequações curriculares constituem como possibilidades educacionais frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular para torná-lo apropriado às peculiaridades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

A formação continuada de professores é uma forma de garantir mais qualidade no ensino, informações e atualizações pedagógicas, melhores condições e assertividade no trabalho para os docentes. É um meio demonstrar para a comunidade escolar que a instituição se preocupa com o futuro dos estudantes e valoriza seus profissionais.

O Projeto SuperAção vem reforçar, contribuir e reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, levando-os ao fluxo escolar regular com sucesso.

15 - APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES:

O programa Parque Educador desenvolvido pelo IBRAM, através do Parque Três Meninas em Samambaia, tem como foco principal o receptivo de estudantes de escolas públicas do DF para a realização de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. As atividades são desenvolvidas por Professores especializados disponibilizados pela Secretaria de Educação, onde cada turma inscrita participa de um ciclo de visitas, caracterizando-se como um projeto o que possibilita um processo de sensibilização mais profunda dos estudantes.

SESI Lab tem como maior objetivo despertar o interesse dos estudantes por ciência e tecnologia a partir de experiências e vivências com a mão na massa. É sobretudo, um lugar para estimular a autonomia do pensamento por meio do protagonismo de cada visitante em seu processo de percepção e construção de sentidos. Um espaço para aprender brincando. E para brincar aprendendo. Conta com um museu 100% interativo cujo objetivo é compartilhar o conhecimento de uma maneira lúdica.

Ortodontic Tratamentos Ortodônticos, com interesse pelo próximo e à capacidade de ajudar, oferecem parceria à Escola, facilitando as avaliações e instruções para saúde bucal, promove e estimula concurso de desenho ou escrita com motivações a saúde dentária.

16- DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR:

Avaliação das Aprendizagens

Avaliar consiste no processo de mediação entre o conhecimento e o desenvolvimento do estudante, visando à reconstrução crítica e reflexiva do saber, portanto, deve ultrapassar os limites quantitativos e observar quatro dimensões: diagnóstica, processual contínua, cumulativa e participativa com viés formativo.

Segundo Esteban (2005), avaliar é diferente de medir. Medir é ver a extensão de algo, avaliar é julgar essa extensão e, a partir dela, tomar decisões. Avaliar é

investigar, indagar, descobrir que o erro revela aquilo que a criança “ainda” não sabe buscar elementos para promover aprendizagens.

Diante disso, a avaliação formativa na Escola Classe 501 tem caráter diagnóstico e de promoção de aprendizagem, pois o objetivo é auxiliar os docentes e equipes a compreender o processo de aprendizagem dos estudantes e a partir disso rever, reavaliar e repensar as estratégias pedagógicas propostas e a efetividade ou não das mesmas, e com isso promover mudanças a fim de garantir as aprendizagens.

O processo avaliativo se torna ainda mais importante na medida em que se percebe o que o estudante ainda não aprendeu para com isso se possa criar mecanismos para aperfeiçoar o aprendizado; reorganizando o trabalho pedagógico da escola e da própria sala de aula, através da atuação dos professores e demais profissionais da educação, garantindo o direito de aprender e de se responsabilizar pela continuidade de seus estudos.

Segundo o Currículo:

[...] o processo de ensino-aprendizagem deve ser sustentado por uma postura profissional emancipatória que coordena e articula os saberes por meio de uma ação didática que explora e problematiza experiências, propõe situações desafiadoras que sejam reflexivas e ampliem as possibilidades de aprender. Destaca-se assim, o papel da avaliação formativa como fundamental ao fazer didático pedagógico, em que olhar, observar, descrever, registrar e analisar são essenciais para decisões de planejamento com o objetivo de promover as aprendizagens (Currículo em Movimento, 2018, p. 252).

Destarte, a avaliação supera o ato de medir resultados para ser parte do processo de formação do educando e do educador como elemento de organização da prática pedagógica e os principais instrumentos avaliativos serão processuais e diversos, tais como: observação atenta; trabalhos e atividades em grupo e individuais; reuniões; autoavaliação; avaliação escrita; simulados; relatos orais e escritos; questionários; portfólios.

Vários são os momentos em que a avaliação e intervenção estão presentes e todos estão envolvidos no processo de avaliar. Como exemplos podemos citar: diálogos dos profissionais da educação acerca das aprendizagens, planejamento de atividades que trabalhem as fragilidades apresentadas na Avaliação Diagnóstica da SEEDF/2022; Conselho de Classe, Conselho Escolar, Escuta dialogada dos professores pelos serviços de apoio, diálogos com estudante e seus responsáveis.

Os tipos de avaliação as quais a escola participa e realiza são:

Avaliação de larga escala

São avaliações externas propostas pelo INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - que visam a verificação das aprendizagens dos estudantes brasileiros via provas, mas a maioria não tem olhar para cada estudante em si e sim foco nos sistemas de ensino como um todo. São exemplos de avaliação de larga escala: ANA– Avaliação Nacional de Alfabetização, ENEM – Exame Nacional do Ensino médio e do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica, apresentado abaixo:



A Escola Classe 501 entende que a proposição da BNCC é o trabalho pedagógico desenvolvido através das habilidades e competências e tem estudado e oportunizado intervenção pedagógica a fim de desenvolver as

habilidades requeridas para que os estudantes desenvolvam as competências necessárias.

Com frequência inserimos em nosso planejamento momentos coletivos para análise e discussão dos nossos resultados no intuito de avaliar e replanejar nossas estratégias pedagógicas. Um dos dados importantes que temos como norteador do trabalho da escola é o do IDEB, conforme anexo a seguir:

DIAGNÓSTICO INICIAL 2022																				
Língua Portuguesa																				
HABILIDADES	H1	H2	H3	H4	H18	H6	H7	H8	H9	H5	H10	H9	11	H2	H12	H13	H14	H15	H16	H17
TOTAL DE ACERTOS	73	54	106	102	88	48	55	95	103	88	99	95	70	81	65	80	64	87	67	94
PERCENTUAL DE ACERTOS	57.5%	42.5%	83.5%	80.3%	69.3%	37.8%	43.3%	74.8%	81.1%	69.3%	78.0%	74.8%	55.1%	63.8%	51.2%	63.0%	50.4%	68.5%	52.8%	74.0%
Matemática																				
HABILIDADES	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19	H20
TOTAL DE ACERTOS	104	104	11	106	71	80	75	63	27	86	15	78	33	103	83	36	21	85	74	45
PERCENTUAL DE ACERTOS	81.9%	81.9%	8.7%	83.5%	55.9%	63.0%	59.1%	49.6%	21.3%	67.7%	11.8%	61.4%	26.0%	81.1%	65.4%	28.3%	16.5%	66.9%	58.3%	35.4%

Tanto a proposição das metas como a análise dos resultados é feita no coletivo, sempre visando a oferta de uma educação pública de qualidade aos estudantes.

É o tipo de avaliação proposta pela SEEDF com intuito similar a das avaliações de larga escala, mas no âmbito distrital. Ou seja, o objetivo é verificar as aprendizagens a fim de identificar as principais lacunas dos estudantes e auxiliar os professores através do diagnóstico dos problemas encontrados. Para isso, a Secretaria também trabalha com cadernos de revisão. São os próprios professores que lançam os dados em sistema próprio da Secretaria nos horários de coordenação. Este ano tivemos a aplicação da Avaliação Diagnóstica, realizada em

março e que tem como objetivo traçar um perfil das unidades escolares, oferecendo relatórios com as fragilidades que devem ser trabalhadas sistematicamente.

Avaliação Institucional

Os diversos tipos de avaliação que a escola lança mão a fim de perceber as aprendizagens dos estudantes, elas vão desde a observação dos discentes até a realização de simulados.

Em conformidade com as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014 - 2016), ressaltamos:

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além dos registros pessoais, o docente conta também com instrumentos previstos em Regimento Escolar para a descrição do desempenho dos estudantes: o Registro de Avaliação

RAV e o Registro do Conselho de Classe. Devem constar nessa descrição todas as informações referentes às aprendizagens já construídas e aquelas ainda não construídas pelo estudante, bem como as intervenções necessárias à progressão ininterrupta do processo. Para reverter o cenário do fracasso escolar, presente nessa etapa, é imprescindível assegurar a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes, uma vez que lhe é inerente a avaliação formativa e garante a todos os estudantes o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções. (Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala, 2014, p.15 -16).

Com base nas concepções avaliativas expressas neste projeto, é importante ressaltar que terá seus objetivos e ações acompanhadas e avaliadas de forma contínua e processual.

Contudo ainda é possível a realização da avaliação informal que requer maior cuidado em seu trato, pois pode se remeter a julgamento de valores, inclusive moral e social, no entanto a Diretriz de Avaliação deixa claro o que não devemos realizar com essas avaliações:

...a avaliação informal pode ser utilizada a favor do estudante, do docente e das aprendizagens ou, ao contrário, contra todos. A avaliação informal gera rótulos. Os estudantes que têm tempo maior de convivência escolar com seus professores estão mais sujeitos às consequências negativas da avaliação informal. (Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala, 2014, p.42 - 43).

Diante de exposto, o processo avaliativo se torna ainda mais importante na medida em que se percebe o que o estudante ainda não aprendeu para com isso se possa criar mecanismos para aperfeiçoar o aprendizado; reorganizando o trabalho pedagógico da escola e da própria sala de aula, através da atuação dos professores e demais profissionais da educação, garantindo o direito de aprender e de se responsabilizar pela continuidade de seus estudos.

Estratégias que implementam a perspectiva da avaliação para as aprendizagens

A implementação das ações de avaliação propostas no Projeto Político-Pedagógico são asseguradas por meio da atuação dos atores escolares e pelo apoio teórico e prático da Secretaria de Educação por intermédio da Diretoria Regional de Samambaia, bem como a consideração e análise do processo e desenvolvimento profissional docente e sua práxis que orienta os projetos formativos, a formação continuada dos professores no contexto do trabalho, a prática contextualizada do conhecimento, os aportes teóricos sobre a prática, a revisão do pensamento sobre a formação e o conhecimento e uma ação realizadora sobre a experiência, bem como o acompanhamento e participação efetiva de toda a Equipe Gestora.

Conselho de Classe

Momento privilegiado de avaliação através do qual equipe gestora, professores, equipe de apoio (OE/AEE/EEAA) e coordenação pedagógica e indiretamente pais e estudantes tem um momento de reflexão acerca das aprendizagens dos estudantes

e das intervenções pedagógicas realizadas pelos docentes e sua efetividade ou necessidade de mudança.

Libâneo (2004) define o Conselho de Classe como um órgão colegiado composto por professores, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que possibilita acompanhamento dos estudantes, visando a um conhecimento mais minucioso das turmas e de cada estudante e análise do desempenho do docente com base nos resultados almejados. Diante disso, tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação. Pensando na importância do Conselho, a Escola Classe 501 usa dessa estratégia bimestralmente. Os professores têm como pontos de referência para reflexão o seguinte quadro com carômetro:

Nome completo: xxxxxxxxxxxxxx	
Psicogênese: xxxxxxxxxxxx	Letr. Matemático: xxxxxxxxxxxx

Considerações sobre o estudante	Ações realizadas	Sugestões de intervenções
Pouca participação nas atividades propostas, dificuldades de escolarização. Porém a família tem acompanhado.	Atividades diversificadas impressas; P.I.; Reagrupamento; Incentivos diários para a participação nas aulas virtuais; Conversa de sensibilização com a Família; Solicitação de contato do OE; Utilização de materiais concretos para Contagem; Situações problemas de adição e subtração simples.	Aumentar o repertório de letras; Bingo de Letras; Leitura dos nomes das crianças da turma; Usar o nome em situações significativas: diferenciar, comparar e relacionar letras, símbolos e números; Contagem, adição e subtração com materiais do cotidiano.

Esse quadro foi criado pela coordenação pedagógica com intuito de propiciar olhar prospectivo e interventivo em relação à aprendizagem das crianças, bem como reflexão do professor acerca das suas práticas pedagógicas. Diante disso, a

organização do conselho está pautada na ação pedagógica, a partir das dificuldades percebidas durante a construção de conhecimentos por meio de olhar caleidoscópico, ou seja, a ideia não é culpabilizar crianças e famílias pelas não aprendizagens e sim analisar as situações e todos os envolvidos e traçar ações pedagógica com a finalidade de amenizar os impactos na escolarização dos estudantes tanto no ensino presencial quanto no remoto.

Os resultados obtidos dos testes da psicogênese juntamente com do letramento matemático realizados durante o bimestre são analisados durante o conselho de classe, por meio de gráficos nominais e quantitativos por anos e por turma, que demonstram a instituição escolar o caminho para a melhoria de sua prática e planejamentos, bem como a transformação da realidade e com conseqüente e crescente avanços pedagógicos dos estudantes.

A autoavaliação em nossa escola é realizada em formato simples e lúdico, que por vezes o estudante não percebe seu envolvimento em tal situação, mas completa a avaliação formal de maneira clara e processual, levando o estudante a refletir sobre suas práticas individuais ou coletivas.

Em respaldo a essa ação podemos citar:

A autoavaliação é o processo pelo qual o próprio estudante analisa continuamente as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções, sentimentos identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem (Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala, 2014, p.52 - 53).

17 - PAPÉIS E ATUAÇÃO

AEE – Atendimento Educacional Especializado

DIMENSÕES DE ATUAÇÃO	Mapeamento institucional	Assessoria ao trabalho pedagógico
PDE/META	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, dando	Orientação aos professores.

	uniformidade e garantindo a inclusão do PcD aos processos de aprendizagem no ensino remoto.	
OBJETIVOS	<p>Ler os documentos e laudos dos alunos com deficiência.</p> <p>Fazer levantamento das concepções dos educadores da escola sobre desenvolvimento e aprendizagem em momentos coletivos.</p> <p>Verificar se há coerência entre a filosofia, missão e objetivos pautados no PPP da escola com a prática pedagógica do cotidiano escolar.</p> <p>Realizar levantamento, junto a secretaria dos estudantes PcD para o atendimento em turno contrário. Estratégia de matrícula.</p>	<p>Preparar momentos que contribuam com a formação dos educadores da escola sobre concepções de desenvolvimento e aprendizagem e práticas pedagógicas baseadas na inclusão.</p> <p>Realizar Escuta dialogada e coletiva entre os professores.</p> <p>Auxiliar diretamente na realização das adequações curriculares.</p> <p>Realizar reuniões virtuais com responsáveis pelos educandos.</p> <p>Manter trabalho conjunto com coordenação; gestão.</p> <p>Participar das reuniões junto a Coordenação do AEE em nível local e central.</p> <p>Produção de material didático para uso dos estudantes PcD</p> <p>Participação nos Conselhos de Classe.</p>
AÇÕES	<p>Ler os documentos. Escuta dialogada por anos. Conversas individuais dos professores, Conselho de Classe, Coletivas.</p> <p>Escuta dialogada por anos. Conversas individuais dos professores, Conselho de Classe, Coletivas.</p> <p>Solicitar ao secretário lista dos estudantes PcD.</p> <p>Possibilitar atendimento diferenciado e garantir os direitos dos estudantes PcD.</p>	

	<p>Criar momentos de diálogo e reflexão acerca dos estudantes e práticas pedagógicas/realizar coletivas às quartas-feiras.</p> <p>Diálogo com professores regentes sobre a adequação, cronograma de auxílio às adequações, diálogo com professor e sugestões nas adequações;</p> <p>Convidar responsáveis para reuniões individuais e/ou em grupos.</p> <p>Marcar a pedido do professor, a família ou outros reunião com famílias.</p> <p>Trabalho de acolhimento junto às famílias.</p> <p>Reuniões Gerais Diálogo no cotidiano.</p> <p>Produzir material didático para uso dos estudantes PcD.</p> <p>Auxílio nas coletivas que tratam do tema.</p>	
CRONOGRAMA	Ao longo do ano letivo.	Ao longo do ano letivo.
AVALIAÇÃO	<p>Diálogo sobre os documentos com os professores regentes.</p> <p>Saber as concepções que circundam as práticas pedagógicas dos docentes.</p> <p>Verificar as concepções que circundam as práticas pedagógicas dos docentes e demais profissionais</p> <p>Devolutiva dos professores regentes acerca da atuação dos mesmos.</p> <p>Efetivação dos direitos.</p>	<p>Conselho de Classe e no final da ação. No final dos encontros. Adequações curriculares realizadas. Materiais prontos e em uso pelo estudante. Ao final das reuniões</p>

Orientação Educacional

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo 2023, visto que há ausência desse profissional no ano 2024.

METAS:

- Implementar a Orientação Educacional (OE);
- Organizar e sistematizar o trabalho a ser realizado na Unidade Educacional;
- Conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada pela OE;
- Integrar as ações da OE às demandas dos docentes, como colaboração no processo de aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes;
 - Contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, ampliando suas possibilidades de interagir no meio escolar e social, como ser autônomo, crítico e participativo;
 - Participar do processo de integração família-escola-comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais e ou responsáveis no processo educativo;

- Buscar parcerias com as diversas instituições que possam auxiliar no desenvolvimento do estudante;
- Esclarecer aos docentes e demais membros da gestão escolar sobre a Orientação Educacional e suas atribuições e metas para o ano escolar;
- Disseminar a Cultura da paz fomentando o respeito à diversidade, combatendo toda forma de discriminação e mitigando conflitos;
- Participar e auxiliar na implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP).

EEAA – EQUIPE DE APOIO ESPECIALIZADA AS APRENDIZAGENS

Promover discussão reflexão e ação acerca do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas, através do planejamento de ações da Equipe de Apoio Especializada às Aprendizagens referentes a uma atuação que contemple a Escola 501 nas suas especificidades e problematize funcionamentos que impedem compreensões mais complexas sobre infância, aprendizagem e desenvolvimento.

A elaboração de um Plano de ação se justifica pela necessidade de haver objetividade e intencionalidade na realização de trabalho pautado em organização sistemática de ação que favoreça a qualidade no processo ensino e aprendizagem e contribua para melhoria na educação pública.

A intenção das ações é promover a ressignificação das concepções de ensino aprendizagem, a fim de contribuir para a cultura do sucesso escolar via ação junto as famílias, aos estudantes e aos funcionários da escola, principalmente os professores. Segundo a OP do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem o trabalho: “visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar” (2010, p. 10).

Vale ressaltar que o trabalho é pautado em uma perspectiva colaborativa entre as equipes de apoio, a saber: Orientação Educacional, Equipe Especializada de

Apoio à Aprendizagem e a ação está pautada no trabalho integrado e fundamentado teórica e metodologicamente na Pedagogia histórico crítica.

Profissionais de Apoio Escolar:

Monitor

Os monitores desempenham um papel importante no contexto escolar, apoiando os professores e contribuindo para o bom funcionamento das atividades educacionais. Principais funções e atuações dos monitores na escola:

Apoio à inclusão: Os monitores auxiliam na inclusão de alunos com necessidades especiais, oferecendo suporte individualizado, adaptando atividades e materiais, na realização de atividades práticas e garantindo que esses alunos tenham acesso igualitário à educação.

Assistência nas Atividades Diárias: Oferecer assistência prática e suporte durante as atividades diárias, como alimentação, higiene pessoal, locomoção e participação em atividades recreativas.

Supervisão durante intervalos e atividades extracurriculares: Os monitores podem ser responsáveis por supervisionar os alunos durante os intervalos, atividades esportivas, excursões e outras atividades extracurriculares, garantindo a segurança e o bom comportamento dos estudantes.

Essas são algumas das principais funções e atuações dos monitores na escola. Seu trabalho contribui significativamente para o bem-estar e o sucesso dos estudantes, além de apoiar os professores e a equipe escolar no cumprimento de suas responsabilidades educacionais.

Educador Social Voluntário

Fundamentado pela Lei Distrital nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 37.010, de 23 de dezembro de 2015, pela Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2014 e na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.304, de 21 de janeiro de 1999, Programa Educador Social Voluntário.

Os educadores sociais voluntários desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento e bem-estar de estudantes com deficiência e que necessitam de atendimento individualizado.

Algumas das principais funções e atuações desses profissionais:

Suas atribuições podem variar dependendo das necessidades específicas dos alunos e das orientações da escola, mas geralmente incluem as seguintes:

Apoio Educacional Individualizado: Oferecer suporte educacional individualizado para crianças com necessidades especiais, adaptando as atividades e materiais conforme necessário para atender às suas necessidades específicas de aprendizagem.

Auxílio na Inclusão Escolar: Trabalhar em conjunto com professores e equipe escolar para garantir a plena inclusão das crianças com necessidades especiais na vida escolar, facilitando sua participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais e sociais.

Desenvolvimento de Habilidades Sociais e Emocionais: Auxiliar na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais das crianças, oferecendo apoio para lidar com questões como autoestima, autoconfiança, comunicação e interação social.

Assistência nas Atividades Diárias: Oferecer assistência prática e suporte durante as atividades diárias, como alimentação, higiene pessoal, locomoção e participação em atividades recreativas.

Biblioteca Escolar

Profissionais da Sala de Leitura – organizada por professoras readaptadas, contribui muito com o projeto de leitura Construindo por um Mundo Melhor, proporcionando aos estudantes leitura de prazer, desenvolvendo nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, com empréstimo e troca de títulos semanalmente.

Além de despertar no estudante o gosto pela leitura levando-o a reconhecer a importância de se cultivar o hábito de ler, resgatando com isso a nossa cultura, desenvolvendo a criatividade interpretativa, facilitando a assimilação de conteúdo.

Dessa forma, os estudantes terão mais facilidade de monitorar sua própria escrita, assegurando sua correção, adequação e coerência, leitura, interpretação e produção textual.

Conselho Escolar

O Conselho Escolar desempenha um papel crucial na gestão e governança da unidade escolar. Aqui estão algumas das principais funções e responsabilidades desse órgão:

Tomada de Decisões Estratégicas: O Conselho Escolar participa da definição das diretrizes estratégicas da escola, incluindo questões como políticas educacionais, planos de desenvolvimento, orçamento e alocação de recursos.

Representação da Comunidade Escolar: O Conselho Escolar é responsável por representar os interesses da comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade local. Isso envolve garantir que as preocupações e necessidades de todos os grupos sejam ouvidas e consideradas nas decisões tomadas pela escola.

Fiscalização e Monitoramento: O Conselho Escolar desempenha um papel importante na fiscalização e monitoramento das atividades da escola, incluindo o acompanhamento do progresso em relação às metas estabelecidas, a avaliação da eficácia dos programas e iniciativas, e a prestação de contas sobre o uso dos recursos.

Desenvolvimento de Políticas e Regulamentos: O Conselho Escolar colabora no desenvolvimento e revisão de políticas, regulamentos e procedimentos da escola, garantindo que eles estejam alinhados com as necessidades da comunidade escolar e com as diretrizes educacionais estabelecidas pelas autoridades competentes.

Promoção da Participação e Engajamento: O Conselho Escolar trabalha para promover a participação e o engajamento da comunidade escolar, incentivando a colaboração e o diálogo entre todos os envolvidos no processo educacional.

Apoio à Liderança Escolar: O Conselho Escolar oferece apoio e orientação à direção da escola, colaborando na definição de prioridades, na resolução de desafios e na promoção de uma cultura escolar positiva e inclusiva.

Advocacia e Representação externa: O Conselho Escolar atua como um porta-voz da escola perante a comunidade local, autoridades educacionais, órgãos governamentais e outras partes interessadas, defendendo os interesses da escola e promovendo uma imagem positiva da mesma.

Em resumo, o Conselho Escolar desempenha um papel essencial na governança democrática e participativa da unidade escolar, garantindo que as necessidades e interesses de todos os membros da comunidade escolar sejam considerados nas decisões e políticas da escola.

Profissionais Readaptados

As profissionais em processo de readaptação auxiliam e assessoram no trabalho da coordenação pedagógica, apoiam na execução das diversas atividades, ações e projetos da coordenação e supervisão pedagógica elencadas no plano de ação, assessoram na duplicação de atividades pedagógicas semanais, auxiliam no dia-a-dia a equipe gestora em atendimentos ao telefone, colaboram com a organização das coletivas semanais.

As atividades exercidas por essas profissionais espelham o que o documento rege para as atividades laborais

Informática Educativa

Professor do Laboratório de Informática – contribui com a organização do trabalho pedagógico, através dos softwares educativos e aulas interativas quinzenais, por anos, em consonância aos conteúdos de sala de aula, contemplando metodologias midiáticas.

Secretaria Escolar:

A Secretária escolar diante das suas atribuições podemos enumerar algumas de maior relevância:

- Cuidar de toda a documentação relativa aos estudantes e turmas;
- Cuidar dos arquivos passivos dos professores;
- Verificar os registros de frequência;
- Atualizar dados e efetuar as matrículas de todos os estudantes;
- Realizar transferências;
 - Arquivar documentos relevantes para garantir o cumprimento dos 200 dias letivos;
 - Arquivar RAv 1 e Rav 2 garantindo as informações necessárias caso sejam necessárias posteriormente;
 - Zelar pelo cumprimento das disposições contidas no regimento Escolar das Escolas Públicas.

Coordenação Pedagógica

Papel, atuação e desenvolvimento

O papel das coordenadoras deve ser definido como facilitador na escola, envolvendo em suas práticas, não só os valores, bem como atitudes e conceitos de justiça, compromisso, democracia e gestão de conflitos. Tendo em vista a situação presente e as possibilidades futuras da educação que possam atender às necessidades da sociedade, confiamos neste plano de ações a serem tomadas visando um processo contínuo, criando mecanismos teórico- metodológico que ajude a enfrentar os desafios do cotidiano escolar de forma refletida, consciente, sistemática e participativa.

O trabalho pedagógico desenvolvido tem como objetivo promover a implementação do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF em vigor, a reorganização curricular, planejar, orientar, acompanhar e reavaliar as ações, oferecendo o suporte na execução do Projeto Político Pedagógico desta instituição escolar.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES
--	--------------

<p>Trabalhar em parceria com a Equipe Gestora, contribuindo para uma administração eficiente e eficaz.</p>	<p>Auxiliar na atualização, reavaliação e implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola; Organizar o Plano de Ação da Coordenação/Supervisão Pedagógica; Auxiliar na construção do calendário anual de atividades pedagógicas.</p>
<p>Zelar pela qualidade das relações interpessoais e intercâmbio de experiências na escola.</p>	<p>Promover, em parceria com a Equipe Gestora, momentos de interação, formação, acalantos e troca de experiências, onde o grupo possa se conhecer e fortalecer os vínculos; Realizar, em parceria com a Equipe Gestora, momentos em que sejam apresentadas as atribuições de cada membro da equipe escolar, para que todos tomem conhecimento; Elaborar, em parceria com a Equipe Gestora e demais membros da Equipe Escolar, os combinados que orientarão o trabalho a ser desenvolvido.</p>
<p>Estimular e articular a formação continuada da Equipe Escolar.</p>	<p>Organizar e atuar como mediadoras na formação continuada dos docentes, em parceria com a EAPE, nos cursos de: Alfabetização, Leitura e Escrita e Letramento Matemático. Construir, em parceria com a Equipe Gestora, calendário de momentos de formação continuada; Reservar momentos de estudos para o aprofundamento teórico das temáticas a serem trabalhadas; Elaborar as pautas de formação; Selecionar materiais e recursos para a realização dos encontros; Avaliar de maneira coletiva o processo formativo.</p>
<p>Orientar a equipe docente na elaboração e execução de planos didáticos adequando-os às necessidades</p>	<p>Construir o calendário de reuniões coletivas e individuais de planejamento; Elaborar pautas para os encontros voltados para a orientação dos planos didáticos; Realizar momentos de planejamento didático; Acompanhar junto aos professores o planejamento e a execução da sequência didática bimestral pautada no</p>

dos estudantes.	Currículo em Movimento da SEEDF.
Acompanhar o planejamento, execução e a avaliação das atividades pedagógicas e didáticas.	Realizar estudos relacionados às práticas avaliativas, analisando os dados da Avaliação Diagnóstica da SEEDF; Analisar os registros realizados pelos professores nos diários de classe, RAv 1 e análise de desempenho bimestral com vistas a futuras intervenções com os educandos; Realizar combinados com os professores para o acompanhamento da gestão de sala de aula. Preenchimento de documentos internos e externos relacionados ao desenvolvimento pedagógico dos estudantes.
Estimular a utilização de metodologia diversificada que melhor atenda as diferenças individuais.	Pesquisar materiais e recursos que permitam o trabalho através de metodologias diversificadas; Propor estudos sobre as estratégias de ensino e sua aplicabilidade prática, considerando os conteúdos para cada ano; Organizar bimestralmente, momentos de coletivas por anos.
Identificar as necessidades e as dificuldades relativas ao desenvolvimento do processo educativo da escola.	Sugerir e planejar com os professores, instrumentos de avaliação diagnóstica e bimestral; Discutir os resultados das avaliações, mapeando intervenções; Organizar o mapeamento do rendimento das turmas bimestral; Pautar os momentos de planejamento nos resultados da avaliação; Propor estudos sobre as estratégias de ensino relacionadas a práticas avaliativas; Organizar o conselho de classe com objetivo do

		repensar pedagógico.
Participar da discussão, (re)elaboração, execução e (re)avaliação do Projeto Político Pedagógico.		Colaborar com a (re) construção, implementação e (re) avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola; (Re) organizar o Plano de Ação da Escola; Reservar momento de estudo pessoal; Incluir como temática de formação continuada o estudo e discussão do Projeto Político Pedagógico.
Orientar e acompanhar as intervenções pedagógicas		Auxiliar os docentes na elaboração e implementação dos projetos de: leitura, interventivo e reagrupamento; Oportunizar sugestões de atividades que possam contribuir na execução das ações pedagógicas.
Organizar os momentos de coordenação coletiva.		Realizar a (re) avaliação das ações planejadas e executadas durante o ano letivo; Compartilhar com a Equipe Escolar as diferenças e os avanços encontrados nas (re)avaliações.
Trabalho integrado com as Equipes de Apoio às Aprendizagens. EEAA – AEE - OE		Colaborar na realização dos encontros de Escuta Dialogada; Participar da elaboração das adequações curriculares; Auxiliar nas intervenções de superação de conflitos dos educandos; Articular e acompanhar com as equipes o Projeto Transição;
Ações Pedagógicas.		Colaborar na realização dos encontros de Escuta Dialogada; Participar da elaboração das adequações curriculares; Auxiliar nas intervenções de superação de conflitos dos educandos; Articular e acompanhar com as equipes o Projeto Transição; Participar de reuniões /convocações de responsáveis para sugerir intervenções pedagógicas em parceria com as equipes, responsáveis aos estudantes com dificuldade de

	<p>escolarização. Proporcionar momento de leitura deleite com projeto: “Construindo por um Mundo Melhor”; Planejar e organizar o Reagrupamento; Auxiliar no Projeto Interventivo apresentando atividades diferenciadas; Assessorar na confecção de atividades pedagógicas; Acompanhamento das Plataformas através das postagens de atividades semanais; Proporcionar momentos de discussão e acompanhamento por meio de registros das ações interventivas para os estudantes; Incentivar a participação da comunidade escolar nas ações realizadas com as parcerias formadas ao longo do ano letivo; (Re) Elaborar o CAP – Caderno de Acompanhamento Pedagógico; Acompanhar registros implantados durante o ensino remoto; Acompanhar e orientar as atividades pedagógicas no laboratório de informática.</p>
--	---

Período de Execução:

Durante semestre ou ano letivo de acordo com a execução da ação.

Recursos Humanos:

Coordenadoras, Corpo Docente; Corpo Discente; Pais e/ou Responsáveis, Equipe Gestora; Equipe de Apoio a Aprendizagem, Carreira e Parceiros.

Recursos Materiais:

Materiais de consumo, tecnológicos e de literatura destinados aos momentos de formação e de planejamento coletivo.

Avaliação:

A avaliação é contínua onde são observados os avanços apresentados ao final de cada bimestre, havendo consonância com o Projeto Político-Pedagógico da escola e refletindo sobre a importância do planejamento das ações que garantam o desenvolvimento das ações pedagógicas aplicadas no decorrer do ano.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

As discussões acerca da necessidade de formação e valorização docente não são tão recentes. O trabalho dos profissionais da educação necessita de condições adequadas para ser realizado com sucesso, garantindo boas condições de trabalho para os que estão em exercício na unidade escolar. Uma forma de oportunizar a formação continuada é a oferta de cursos para a manutenção da melhoria dos processos de ensinar e aprender, de modo que os profissionais estejam frequentemente se atualizando e capacitando para um exercício cada vez mais qualificado.

O ensino remoto trouxe a necessidade de capacitação em termos tecnológicos, de modo que, em um curto espaço de tempo foi necessária a busca por aprendizados voltados a diferentes tecnologias para a viabilidade das aulas virtuais, e todo esse conhecimento tem que ser valorizado e inserido no contexto presencial. Atualmente no ensino presencial, retomamos ações de formação presenciais na unidade escolar fornecidas pela EAPE, CRE/Samambaia e pelo corpo docente.

18- ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

Redução do Abandono, Evasão e Reprovação

Um dos desafios da escola é garantir a permanência e êxito dos estudantes, considerando suas especificidades e desafios. Por isso são pensadas e desenvolvidas ações relativas ao acompanhamento da participação dos estudantes nas atividades escolares, dentre elas: acompanhamento das faltas/não participações nas aulas; acolhida às famílias que apresentam dificuldades com as devolutivas; projeto integração escola/comunidade; semana para receptividade dos estudantes; realização de rodas de conversas; intervenções de todas as equipes da escola no sentido do contato, acolhimento e regaste dos estudantes/famílias. É frequente nas equipes a discussão de ações que possibilitem perceber o(s) motivo(s) da evasão assim como o planejamento de intervenções para garantir o retorno e/ou permanência.

Recomposição das Aprendizagens

Orientar os estudantes quanto à organização do tempo para estudo; realização de projetos e ações voltadas ao crescimento pedagógico dos estudantes, tais como:

Reagrupamento: aulas virtuais via Meet com atendimento dos estudantes por níveis de aprendizagem. O (a) professor (a) trabalha atividades voltadas ao nível de aprendizagem dos alunos em grupo, intensificando ações voltadas para as habilidades que ainda não foram alcançadas, nas quartas e sextas feiras.

Projeto interventivo: intervenção feita no turno de regência, com atendimento de estudantes específicos a fim de proporcionar intervenção a partir das dificuldades que ainda não foram sanadas utilizando de atividades diversificadas. Este ano haverá a elaboração sistemática dessa ação na formação de Alfabetização, Leitura e Escrita.

A instituição escolar persegue o caminho para a melhoria de sua prática a partir desses planejamentos, bem como a transformação da realidade e com conseqüente e crescentes avanços pedagógicos dos estudantes. No entanto, ainda há que se debruçar sobre o fenômeno da evasão, permanência e êxito dos estudantes para alcance de melhores indicadores institucionais, tendo sido também o ensino remoto um fator que contribuiu para que alguns estudantes não conseguissem se desenvolver pedagogicamente conforme o esperado. Apesar das dificuldades herdadas, estamos periodicamente realizando ações de busca ativa (mensagens, ligações e acionamento do Conselho Tutelar) com objetivo de manter os direitos dos estudantes.

Desenvolvimento da Cultura de Paz

O desenvolvimento da cultura de paz é fundamental para integrar os princípios e valores da paz, da não-violência, da justiça social e da resolução pacífica de conflitos em todas as áreas do currículo escolar.

Busca realizar um diagnóstico da situação atual, identificando áreas de conflito, desafios de convivência, questões de violência ou discriminação, e oportunidades para promover a paz e a harmonia.

Educando os estudantes a atuarem como mediadores de conflitos entre seus colegas pode ajudar a resolver disputas de maneira pacífica e promover habilidades de comunicação e resolução de problemas.

Executando os Projetos: Arte pela Paz, Educação em Direitos Humanos e Campanha Anti-bullying.

Qualificação e transição escolar

Transição que envolve uma Unidade Escolar/ Instituição Educacional Parceira de origem e sua sequencial.

A transição escolar representa uma etapa essencial no percurso de um indivíduo.

Considerando a aprendizagem como algo processual e contínuo, se faz necessário refletir sobre as melhores práticas para favorecer uma transição adequada e o sucesso escolar. E para isso precisamos do envolvimento de estudantes, professores, famílias, equipes pedagógicas... A transição fica mais fácil com o envolvimento coletivo.

Objetivos:

- Trabalhar as inúmeras possibilidades do aprender;
- Respeitar as diversas transições dos estudantes em nível físico, emocional, social;
- Auxiliar nas dificuldades de adaptação dos estudantes na transição entre etapas e entre anos/séries de cada etapa;
- Reconhecer as peculiaridades da fase de desenvolvimento dos estudantes;
- Diminuir os índices de abandono, evasão e retenção;
- Inserir os estudantes no ambiente escolar diferente daquele que estão habituados.

19 - PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Gestão Pedagógica

A gestão pedagógica é exercida de forma democrática e participativa, privilegiando o trabalho em equipe e buscando o pleno cumprimento do compromisso coletivo, tendo como prioridade estabelecer uma relação dialógica, harmônica, amigável e respeitosa; expressando o compromisso social da escola na formação da cidadania e na reconstrução de um olhar ressignificado pelo respeito.

Gestão de Resultados Educacionais

Sendo a escola um espaço democrático em que a qualidade na educação é direito de todos, a Escola Classe 501 de Samambaia – DF, com intuito de atingir o sucesso nos resultados educacionais e de qualidade propõe os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico, administrativo e financeiro;
- Socializar experiências com os colegas de outras escolas, promovendo a cada semestre palestras com profissionais de diversas áreas educativas;
- Investir na aprendizagem dos educandos com dificuldades e defasagem idade e ano;
- Melhorar a comunicação com todos os servidores e membros da comunidade através de reuniões bimestrais ou sempre que necessário, apresentando e discutindo assuntos pertinentes ao ambiente escolar.

Gestão Participativa

Para que as ações propostas na gestão democrática sejam alcançadas é fundamental que a nossa instituição estabeleça uma rede de relações entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Portanto, o trabalho deve ser participativo, colaborativo e coletivo, e para que isso aconteça de forma real, traçamos:

- Planejamento coletivo de projetos em consonância com as equipes de apoio à aprendizagem, sala de recursos, orientação educacional e secretaria;
- Tornar o Conselho de Classe um instrumento de verificação das ações pedagógicas em cada turma para traçar novos caminhos, se assim se fizer necessário;

- Valorizar e incentivar a participação dos profissionais da escola e dos pais nos projetos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
- Promover eventos que envolvam a comunidade semestralmente;
- Valorizar e incentivar a participação dos profissionais e família dos estudantes nos projetos, garantindo assim o seu compromisso e a avaliação de desempenho;
- Desenvolver projetos com apoio de parcerias;
- Realizar estudos e participar dos Fóruns de Coordenadores e Encontros de Formação realizados pela Coordenação Regional de Ensino de Samambaia;
- Levar ao conhecimento de todos os segmentos da I.E as leis que regulam o ensino;
- Solicitar a cada semestre a opinião da comunidade com questionários, para a avaliação das atividades escolares e atendimento às necessidades do público;
- Promover a cada semestre uma atividade cultural virtual com fins de interação com a comunidade.

Gestão de Pessoas

A proposta desta unidade de ensino preza por boa convivência no espaço de trabalho e bem-estar de todos os profissionais da educação, pautando-se nos valores de convívio e respeito às atribuições que cada um exerce com eficiência e eficácia. Deste modo, pretendemos:

- Reunir a Equipe Gestora para planejamento quinzenal;
- Reunir a Equipe Pedagógica para planejamento semanal;
- Reunir semanalmente com todos os profissionais da escola nos momentos de coordenação coletiva para formação e discussão de práticas, estratégias que podem melhorar a execução das atividades e os relacionamentos interpessoais;
- Promover momentos que viabilizem o harmonioso e qualitativo convívio entre todos os segmentos da escola.

Gestão Financeira

Os recursos financeiros têm seus valores definidos, proporcionalmente, conforme o número de estudantes, sendo a aplicação deliberada de forma

participativa pela comunidade escolar e segundo ata de prioridades da escola construída e aprovada pelos profissionais da educação. São ações da gestão financeira:

- Disponibilizar recursos financeiros para o atendimento às necessidades pedagógicas e administrativas da instituição escolar e assim garantir o pleno desenvolvimento das atividades;
- Prestar contas PDAF e PDDE a comunidade escolar.

Gestão Administrativa

A gestão administrativa é delegada a função de gerir as atividades relacionadas a administração financeira, orçamento, patrimônio, recursos humanos e serviços gerais com transparência, promovendo a participação dos profissionais da educação no objetivo do sucesso escolar do estudante e bem estar dos profissionais:

- Efetivando as informações via e-mail e WhatsApp para a troca de experiências, recebimento de sugestões, comunicados;
- Efetivando a página oficial da escola, como mecanismo de divulgação, aprendizagem e colaboração entre parceiros;
- Elaborando calendário interno de ações, para evitar ações improvisadas;
- Aprimorar os equipamentos para a Sala Multimídia, Sala da Coordenação e Supervisão;
- Reforma em toda a parte elétrica, pintura de todas as salas e parte interna, revitalização da área de convivência com pintura do muro, troca de toda a rede de internet, cobertura do acesso do portão a entrada da U.E;
- Informatizando e modernizando a Sala Multimídia;
- Reestruturando a rede lógica e elétrica;
- Adquirindo brinquedos e jogos pedagógicos;
- Pintando o pátio com desenhos educativos e recreativos;
- Implementando o trabalho com monitores junto com os professores e equipes;
- (Re) Organização da Educação Integral em tempo integral;
- Atender o maior número possível de estudantes;

- Implantar a Avaliação Institucional e Dia Letivo Temático;
- Definindo, respeitando o calendário, datas específicas para a Avaliação Institucional, estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação e Ministério da Educação;
- Divulgar junto à comunidade escolar o tema Serviço Voluntário, em acordo com a Portaria nº 22 de 02 de fevereiro de 2018.

20 - PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O processo de avaliar é contínuo e permanente, bem como essencial para o crescimento pessoal e profissional dos educadores e da própria comunidade escolar. Dessa forma, far-se-á necessário que o acompanhamento e a avaliação do Projeto Político Pedagógico sejam feitos através da Avaliação Institucional (anualmente) e Conselho de Classe (bimestralmente), retomando as estratégias de avaliação, bem como a organização do trabalho pedagógico, nos encontros de gestão e coordenação e que possa servir como reorganizador dos processos desenvolvidos na escola e aprimoramento da aprendizagem.

Dando continuidade ao trabalho da Comissão criada para organizar o Projeto Político Pedagógico verificou-se que a melhor maneira de avaliá-lo é através dos instrumentos que contemplam a participação de todos, tais como: Conselho de Classe; Reuniões bimestrais; Dias letivos temáticos; Coletivas que tratam de formação continuada e (re) avaliação das intervenções traçadas para o ano letivo; questionários enviados à comunidade, entre outros.

Destaca-se ainda que o Projeto Político-Pedagógico é a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, estando sempre em construção, sendo indispensável o constante (re) avaliar, na busca pela qualidade das aprendizagens, dos resultados traçados, confrontando os objetivos, ações definidas, análise e reorganização do trabalho pedagógico, com o foco principal no educando.

Neste movimento de elaboração e reelaboração conseguimos identificar as visões do grupo e as bases teórico - filosóficas deste Projeto, sistematizando assim a realidade e coerência das ações discutidas. Isto tanto no aspecto da conjuntura da própria Escola Classe 501 de Samambaia, quanto das questões sociais, científicas e culturais que norteiam a realidade a qual estamos inseridos no contexto educacional para a busca da qualidade da educação.

21 - REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96. Ministério da Educação, Brasília, 1996.

BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1996, art. 26, part 2.

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do DF/ Subsecretaria de Educação Pública. *Orientações gerais para o ensino fundamental de nove anos: BIA – Bloco Inicial de Alfabetização*. Brasília, DF: 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais arte / Secretaria de Educação Fundamental*, pag. 54 – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Pressupostos da Educação Básica*. Currículo e Movimento da Educação Básica. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2014.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. *Diretrizes Pedagógicas 2009/2013*.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. *Orientações gerais para o ensino fundamental de 09 anos: Bloco Inicial de Alfabetização – versão revista*. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2006.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. *Orientação Pedagógica – Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas*, 2014.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do DF. *Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas remotas e presenciais*. ABRIL, 2021 2ª EDIÇÃO – ATUALIZADA.

DURKHEIN, Émile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
MARCAL, Juliane Correa. *Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Modulo III*. Brasília, DF: CONSED, 2001.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11^o. ed. revisada. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Edileuza Fernandes da. *A aula no contexto histórico*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e pedagogia).